

PROFISSIONALIZAÇÃO DO EXÉRCITO E ENVOLVIMENTO POLÍTICO MILITAR DURANTE A PRIMEIRA REPÚBLICA PORTUGUESA ¹

Maria de Lurdes Fonseca

Centro de Estudos de Sociologia (CES-ISCS)

Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCS-UTL)

1. O Profissionalismo Militar e a Sociologia

O profissionalismo é um tema clássico da Sociologia Militar, desde logo porque a formalização desta, no seio da Sociologia, foi precipitada pela atracção que os processos de voluntarização dos contingentes militares, subsequentes à desmobilização pós-Segunda Guerra Mundial, geraram entre politólogos, sociólogos, psicólogos e antropólogos, interessados em entender que novos papéis, identidades e estatutos (quer ao nível dos quadros permanentes quer dos contingentes) emergiriam no seio de corpos armados que deixavam de se sustentar na conscrição, para passarem a depender da contratação.

Sendo profusamente tratado, o tema do profissionalismo militar não deixou também de ser repetidamente mal tratado, desde logo devido ao ataque regular à sua integridade conceptual. O conceito foi servindo, de facto, em especial no último meio século, para designar e justificar o mais díspar conjunto de objectos e processos, adquirindo pois (em geral) a verdadeira natureza de um não-conceito – um conceito usado para designar e explicar tudo, logra necessariamente nomear nada em concreto, e explicar menos ainda.

A prossecução da inequívoca conceptualização de profissionalismo militar tem sido limitada, particularmente, pelo enredo em quatro tipos principais de equívocos teóricos: 1) tomar meros traços do profissionalismo pela totalidade do conceito; 2) confundir profissionalismo com outros conceitos que partilham com ele apenas causas e/ou consequências comuns; 3) dinamizar o que é estático e estaticizar o que é dinâmico, isto é, confundir profissionalismo e profissionalização; e 4) fazer equivaler profissão e ocupação militar, ao confundir-se a especificidade de um pequeno grupo com a totalidade do elemento humano da organização.

¹ Comunicação apresentada no Seminário “Os Militares e a Primeira República”, que decorreu na Academia Militar, no Grande Auditório do Aquartelamento da Amadora, no dia 5 de Maio de 2010, e que tem por base a Tese de Doutoramento em Sociologia da autora subordinada ao mesmo tema e aprovada com a mais alta classificação, por unanimidade e com louvor, por unanimidade, no ISCS-UTL, em Março de 2008 (Fonseca, 2008).

O profissionalismo visto como formalização e expansão do ensino superior militar, o profissionalismo entendido como padronização das carreiras ou o profissionalismo visto como especialização técnica do oficialato militar; exemplificam acepções que caem dentro do primeiro equívoco: tomar a parte pelo todo.

No segundo incluem-se, por exemplo, as utilizações do termo profissionalismo como sinónimo de “civilização” do corpo de oficiais das Forças Armadas (profissionalismo enquanto aumento do recrutamento de profissionais não militares), e como sinónimo de voluntarização do contingente militar (profissionalismo enquanto substituição de formas de recrutamento obrigatórias por voluntárias).

Já a imprópria distinção entre profissionalismo e profissionalização conduziu geralmente a que o conceito perdesse prioridade sobre o processo, negligenciando-se o avanço na definição dos seus limites. O conceito de profissionalismo perdeu consequentemente operacionalidade investigativa, dado que, sustentado meramente num raciocínio indutivo gerado a partir do estudo dinâmico de casos particulares, se traduziu mais numa amálgama de traços e processos (recolhidos diligentemente sob o chapéu do profissionalismo militar), do que numa verdadeira racionalização conceptualizante – isso exigiria para além da prática indutiva, um igualmente diligente espírito dedutivo.

Por fim, a incapacidade de se compreender que o conceito de profissionalismo, por definição, apenas se aplica ao oficialato militar, e que, também por definição, não se aplica a todo o oficialato militar, mas apenas a um grupo específico identificado com o tipo-ideal profissional, tem gerado equívocos de impacto teórico profundo. Fala-se pois, na sequência desse mal-entendido, em Forças Armadas profissionais, apenas porque se acelerou e generalizou a exigência de especialização técnica no trabalho, ou apenas porque se amplia o número dos altamente qualificados, nomeadamente dos detentores de um grau de, pelo menos, licenciado, em todas as categorias profissionais militares, processos que nada de específico têm, por serem não mais que o impacto na organização militar da combinação das seguintes tendências macrossociais que definem a modernidade: cientificação, tecnologização, qualificação, profissionalização, privatização e flexibilização.

2. Os conceitos de Profissionalismo e de Profissionalização Militares

Ora, o Profissionalismo é antes de mais um modelo teórico, um constructo sociológico, que procura captar a identidade de uma forma particular da organização social do trabalho que surgiu no Ocidente como consequência das mudanças sociais, económicas, políticas e tecnológicas dos séculos XVIII e XIX, que se tornou dominante no século XX e que, embora competindo de forma cada vez mais aguerrida com novos conceitos em emergência, é ainda o modelo pelo qual maioritariamente o trabalho se mede, se modela e se organiza².

² Sobre esses novos conceitos e o desafio contemporâneo ao imperialismo do modelo profissional veja-se, com especial interesse, Freidson (2001).

De modo simplificado, pode dizer-se simplesmente que as profissões são ocupações (especializações do trabalho humano) caracterizadas por cinco características essenciais: 1) competência especializada teórico-prática atestada através de um programa formal de formação superior; 2) estatuto social privilegiado, decorrente da prática do serviço; 3) jurisdição exclusiva sobre o exercício da actividade, atribuída e protegida legalmente, por um Estado que reconhece às profissões autonomia técnica; 4) código de ética que valoriza a qualidade sobre o lucro; e 5) comunidade profissional efectiva, agente de controlo social³.

Ora, profissionais militares, neste sentido, são produto do século XIX (e não do século XXI) herança da sedimentação dos ideais democráticos, da emergência do Estado-Nação (e consequente reconhecimento de uma única e central fonte de autoridade sobre os Exércitos), da aplicação do princípio da especialização funcional e da divisão do trabalho, da sedimentação do recrutamento universal da “nação em armas” e do desenvolvimento tecnológico de novas formas de armamento, comunicação e transporte produzidos em larga escala pela nova indústria, em expansão.

Profissionalismo Militar é pois a qualidade daqueles que possuem uma graduação superior atribuída por Escolas Superiores especializadas (as Academias Militares), e que por isso são especialistas diplomados na gestão e aplicação da violência (Lasswell: 1941), que partilham um código de ética aí desenvolvido, operacionalizado e inculcado, que integram uma comunidade profissional coesa, auto-regulada e auto-controlada, de que participam, e que praticam a sua *expertise* em Instituições Militares detidas e regidas por um Estado que, em sentido especialmente forte, concede jurisdição exclusiva sobre a prática da especialização técnica adquirida (Fonseca, 2008: 60-72).

Profissionalização Militar, por seu turno, é o processo pelo qual uma ocupação não organizada em torno do modelo profissional, o abraça e o encarna, paulatinamente, através da progressiva aquisição dos seus traços.

Também de forma simplificada, podemos dizer que a profissionalização militar se concretiza num processo de profissionalização técnica, social e política, dado que, as mudanças que transformam uma ocupação militar não profissional numa profissional são desses três distintos tipos.

Os traços essenciais de cada um destes processos são os seguintes (*Idem*: 81-83):

Profissionalização técnica:

1. (Educação) A formação técnica superior especializada é cada vez mais a forma *standardizada* de aceder à ocupação.
2. (Funções) As funções desempenhadas exigem crescentemente *expertise* técnica, organizacional e gestonária.
3. (Perfis) Os perfis de militar aristocrata, herói e político perdem lugar face aos de técnico, gestor, burocrata e educador.

Profissionalização social:

³ Simplificação dos tipos-ideais de profissionalismo (eles próprios sínteses simplificadas) de J. M. Chapoulie (1973), M. Maurice (1992) e Eliot Freidson (2001: 127).

1. (Recrutamento) A presença aristocrática no corpo de oficiais regride e as classes baixas e médias aumentam progressivamente a sua representatividade nos recrutamentos para as Escolas Militares.
2. (Padrões de carreira) Os percursos em termos de carreira profissional são gradualmente institucionalizados e legalmente uniformizados, passando o acesso ao oficialato a depender em regra da detenção de diploma especializado.
3. (Padrões de carreira) Os critérios do mérito e da antiguidade sobrepõem-se cada vez mais aos critérios classistas, passando a ser possível a todos os profissionais o acesso no espaço de uma vida activa média a todos os postos do oficialato, desde que o seu valor técnico o permita.
4. (Situação material) O nível retributivo do oficialato permite progressivamente um nível de vida pelo menos médio-alto sem recurso a outros rendimentos, equivalendo ou ultrapassando as carreiras comparáveis do funcionalismo público, nomeadamente a da alta magistratura.
5. (Identidade e auto-imagem ocupacional) As identificações predominantes dos indivíduos deixam de ser com a arma e o serviço para se deslocarem para o ramo ou a profissão. Os militares passam a entender-se como cientistas, técnicos e profissionais.

Profissionalização política:

1. (Ideologia ocupacional) A situação de subordinação face ao Estado é crescentemente aceite e valorizada, tornando cada vez mais não ético o envolvimento no processo político.
2. (*Ethos* e ideologia) O desenvolvimento do Estado-Nação faz contrapor os militares profissionais cada vez mais a inimigos externos, eliminando tendencialmente o combate a inimigos regionais e a aplicação da força sobre os cidadãos.
3. (Envolvimento político) O desempenho de cargos políticos é crescentemente residual, tendendo a desaparecer.

3. A dimensão política do conceito de Profissionalismo

Não obstante todas as profissões mantenham relações com o poder político, no caso da maioria delas essa relação é teoricamente pouco significativa, pois independente da definição da sua identidade técnica, o que justifica que, não obstante haja componentes técnicas, sociais e políticas em todos os processos de profissionalização, o estudo desta última dimensão tenha sido negligenciado, feito mesmo residual, quer na análise sociológica, quer nas politológica e histórica, que se têm debruçado sobre o estudo do profissionalismo em geral. Tanto assim foi que, lendo a maioria da literatura contemporânea da Sociologia das Profissões, poderíamos facilmente concluir que esta dimensão é irrelevante ou mesmo inexistente. Desde logo, isso ocorre pois se pressupõe acriticamente, na generalidade da literatura sociológica acerca do profissionalismo, que o profissionalismo técnico é primitivo e primordial; que este dá lugar ao profissionalismo social, pela “natural natureza” das coisas; e que as características políticas do profissionalismo completarão o modelo, por arrasto, numa terceira fase, sendo uma consequência óbvia e

inelutável dos dois processos anteriores. Ora, de onde se lê “óbvio” desconta-se naturalmente a problematização, o que é, desde logo, uma simplificação (e uma ingenuidade) incompatível com o espírito científico.

Do estudo do profissionalismo em sentido político e das relações que este assume com as restantes dimensões do conceito, de facto, os sociólogos demitiram-se praticamente. Do lado da Sociologia das Profissões tal ocorreu essencialmente por falta de enquadramento comparativo: o Estado relaciona-se com as principais profissões liberais ao assumir os papéis externos de controlador, regulamentador e, ocasionalmente, de empregador, e não mais que isso. Ora, no caso da profissão militar essas relações são bem mais profundas e significativas.

Ao monopolizar a gestão e aplicação da violência máxima, a ocupação militar exige um tratamento específico da questão política, dado ter a sua natureza, por corolário, a possibilidade de gerar não apenas poder, mas poder político. Ora, a qualidade política (ainda que por vezes meramente potencial) dos profissionais militares e o facto de o Estado ser o seu único empregador, concorrem desde logo para a urgência de uma análise especialmente cuidada desses aspectos. Depois, acresce a necessidade de se olhar cuidadosamente para o tipo muito específico de relacionamento entre essas duas instâncias. De facto, o Estado desenvolve uma relação *sui generis* com a organização militar ao reconhecer que o seu potencial político é uma faca de dois gumes: se subordinado e instrumentalizado viabiliza e é atributo do poder instituído; se incontrolado, dissocia-se dele e com ele concorre.

Do lado da Sociologia Militar e Política, a investigação do profissionalismo em sentido político foi também reduzidamente tentada (ainda que surjam daí os principais estudos que abordaram o problema) pois, neste âmbito, a questão política assumiu consistentemente maior relevância que a profissional. Em consequência, o profissionalismo foi referido de forma passageira e axilar no âmbito do estudo do envolvimento político militar, e muito raramente (quase nunca, na verdade) sucedeu o inverso.

Ao tornar-se um problema periférico do desenvolvimento do estudo do Envolvimento Político Militar e do estudo do Profissionalismo Militar (que aqui se resumiu essencialmente aos aspectos técnicos e sociais do profissionalismo), a análise da profissionalização política interessou pouco os teóricos de ambos os ramos.

Ora, esta questão é tudo menos despicienda, desde logo em termos teóricos, senão vejamos: se profissionalismo militar implica necessariamente profissionalização política e se profissionalização política deve ser definida como sinónimo de afastamento progressivo dos militares do processo político, deveríamos esperar por esse total afastamento para podermos com propriedade chamar profissionalizado a um corpo militar? E se tivermos que o fazer, que apoio empírico terá a asserção de que o profissionalismo técnico e social implica natural e necessariamente como efeito o profissionalismo político quando, como em Portugal, a história demonstra ser repetido e persistente o envolvimento dos militares no processo político?

4. O conceito de Profissionalismo Político Militar

A profissionalização militar tem, sob o ponto de vista da variável política, sido vista como implicando, como condição estrutural fundamental, o afastamento dos militares da política e, mesmo, a

sua progressiva esterilização ideológica (entre outros Huntington (1957), Janowitz (1960) e Feaver (1996)).

A estabilização do novo contrato técnico, social e político da ocupação militar com a sociedade moderna decorrente do processo de profissionalização, far-se-ia de forma inevitável e sistemática. Haveria uma relação de naturalidade e necessidade na consolidação dos diferentes traços do profissionalismo, traços que se pressuporiam mutuamente. Um Exército profissionalizado em termos técnicos não poderia contrariar os efeitos da profissionalização social e política, suas consequências inevitáveis, e a profissionalização política seria incontornável como efeito da profissionalização técnica e social (**Figura 1**).

O modelo clássico partia pois naturalmente dos seguintes pressupostos:

1. O profissionalismo militar é incompatível com o envolvimento político dos militares.
2. Os avanços do profissionalismo em termos técnicos e sociais conduzirão naturalmente ao afastar progressivo dos militares profissionais da política.
3. O grau de envolvimento político de um Exército é essencialmente função do seu grau de profissionalismo.

O elemento político levantou contudo problemas relevantes na confirmação empírica do modelo clássico da profissionalização militar. Nas democracias ocidentais o perfil de militar político tendeu a resistir durante largos períodos de tempo aos avanços do perfil de militar técnico, o que levou a que se questionasse a relação de causa-efeito entre a profissionalização técnica e social e a profissionalização política e, nalguns casos, se reinterpretasse o modelo da profissionalização passando a vê-lo como bom apenas para as dimensões técnicas e sociais da ocupação.

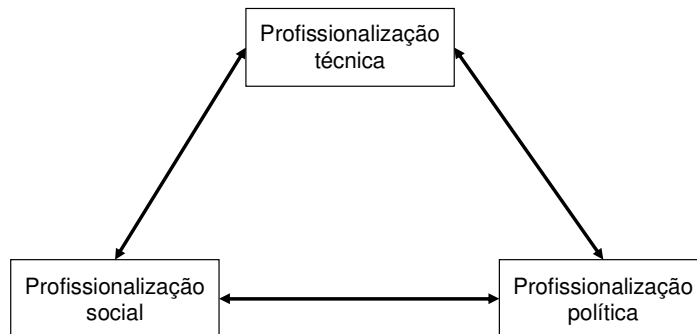


Figura 1: Modelo Clássico de Profissionalização Militar.

Sugeriu-se então que seriam antes variáveis militares, sociais, sociopolíticas, ideológicas e psicossociológicas tais como o rácio de participação militar, o aumento do oficialato médio e superior, o nível de armamento, o prestígio gozado pela ocupação, o posicionamento geoestratégico da nação, a instabilidade política doméstica, a crença no princípio da supremacia civil ou a auto-imagem do profissional, os melhores preditores da intervenção e participação dos militares profissionais na vida política. O grau de profissionalismo militar perderia assim o seu lugar de termo fundamental na equação que explicaria a variação do envolvimento dos militares no processo político.

A revisão do modelo clássico da profissionalização na sequência do envolvimento recorrente de forças armadas profissionalizadas na política permitiu, não obstante, que se aceitasse que os avanços da profissionalização técnica e social da ocupação militar, apoiados pela ética profissional, constrangeriam a qualidade política dos oficiais no sentido da sua subordinação e contenção, favorecendo o afastamento dos militares profissionais da política. Acrescentou contudo que, quando em presença, outros factores momentaneamente mais poderosos e favorecedores da tendência inversa, poderiam fazer desequilibrar essa linha evolutiva durante o período em que fossem mais influentes que o profissionalismo.

Caminhou-se pois no sentido de um modelo mais complexo semelhante ao ilustrado na **Figura 2**.

Este modelo, a que chamámos de “clássico modificado”, sustentar-se-ia nos seguintes pressupostos:

1. O profissionalismo militar não é necessariamente incompatível com o envolvimento político dos militares.
2. Os avanços do profissionalismo em termos técnicos e sociais tendem a propiciar o afastamento progressivo dos militares profissionais da política mas não o asseguram, dado poderem existir factores contraditórios, contextualmente mais poderosos, que invalidem a tendência.
3. O grau de envolvimento político de um Exército é função do seu grau de profissionalismo mas também de factores ideológicos, políticos, geoestratégicos e sociais. É o jogo momentâneo desses factores o melhor preditor do intervencionismo e participação políticas militares.

Na discussão da compatibilização do modelo profissional com a acção política dos militares, emergem três questões teóricas essenciais, que se jogam profundamente na transição de um modelo de profissionalização militar clássico para um modelo clássico modificado:

1. É possível dissociar a actividade militar da sua qualidade política?
2. Existe uma relação natural e necessária de causa-efeito entre a consolidação dos traços técnicos e sociais do profissionalismo e o afastamento dos militares da política?
3. Haverá formas de envolvimento político militar congruentes com o profissionalismo?

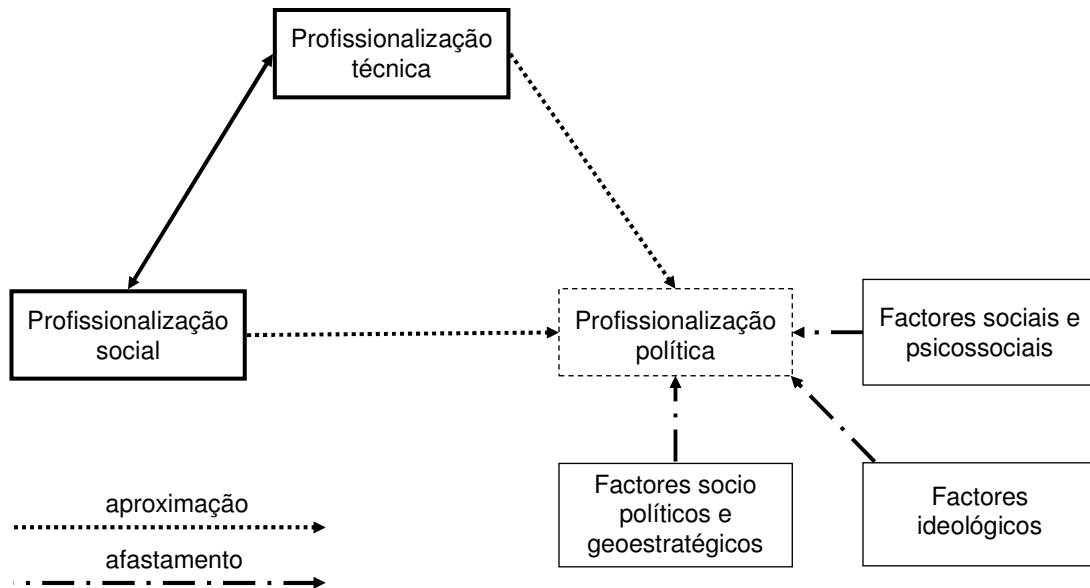


Figura 2: Modelo de Profissionalização Militar Modificado.

Quanto à forma de se tratar a especificidade política dos militares, a questão é saber-se se não será irrealista procurar extirpar a ocupação militar, sob a égide do profissionalismo, de um aspecto seu constitutivo e de que seria indissociável. Ora, por definição, o monopólio dos meios legítimos de coerção que define a actividade militar gera poder ao constituir-se no último garante do exercício do poder político, bem como, numa forma poderosa de assegurar a sua aquisição e manutenção. Parece pois que, mesmo que se lograsse “adormecer” ou “domesticar” o uso da competência política do militar por via do ideário profissional e do progressivo enraizamento do seu código de ética, erradicá-lo seria uma impossibilidade, dado encontrar-se a possibilidade de gerar poder político no âmago do próprio objecto da ocupação.

Aceitar-se essa impossibilidade permitiria conviver com vários tipos de efeitos teóricos: efeitos ligeiros, efeitos radicais e efeitos de compromisso. Os efeitos ligeiros causariam pouco impacto no modelo clássico da profissionalização militar, dado concretizarem-se na aceitação da incapacidade de erradicação da qualidade política dos militares, mas na crença da sua possível “domesticação” absoluta pelos pressupostos do profissionalismo e pelo controlo social exercido pela comunidade profissional.

Os efeitos radicais encontrar-se-iam no extremo oposto implicando fazer sem mais eliminar a incompatibilidade da acção política militar com a profissionalização, passando-se a aceitar poder conviver com o modelo profissional qualquer tipo de acção política. Na definição de profissionalismo militar passariam pois apenas a jogar-se factores técnicos e sociais.

Os efeitos de compromisso implicariam que, incapaz de eliminar a qualidade política da ocupação militar e de a controlar completamente, a profissionalização apenas a modificasse, fazendo subordinar crescentemente (mas nunca de forma plenamente domesticada) a acção política militar às práticas e valores sociais do profissionalismo.

Quanto à existência de uma relação de causa-efeito entre a consolidação dos traços técnicos e sociais do profissionalismo e o afastamento dos militares da política, é lógico pensar-se que se tal relação existe, o desenvolvimento dos aspectos técnicos e sociais do profissionalismo teria de estar positivamente correlacionado com o enraizamento dos aspectos políticos. Pode-se pois, estatisticamente resolver a questão com alguma facilidade, fazendo contrapor o desenvolvimento longitudinal da consolidação técnica e social do profissionalismo à diminuição progressiva do número de militares que assumiram cargos políticos.

Sobre a possibilidade de, no âmbito do modelo clássico, se questionar se todo o envolvimento político militar é incompatível com a profissionalização, interessa analisar se, por exemplo, um militar que conduza uma carreira parlamentar exclusivamente em defesa de interesses corporativos da ocupação, ou um ministro que desenvolva as suas funções totalmente orientadas para a aplicação da sua *expertise* técnica, deverá ou não ser tido como profissional, não obstante assumir cargos políticos. Note-se que não se trata aqui de questionar se o envolvimento na política implicaria não profissionalismo quando estivéssemos em presença de todos os restantes traços consolidados, problema relacionado com a primeira questão colocada, mas trata-se antes de saber como se entende a participação política como extensão do exercício de funções militares profissionais ao invés de exercício do seu potencial político.

Esta questão conduz à necessidade de se distinguir os diferentes perfis de militar político e de alocá-los a pontos diferentes do *continuum* do profissionalismo, como adiante faremos.

5. O caso português e a estratégia da investigação empírica

A entrada na I República Portuguesa marca a consolidação do profissionalismo militar do Exército nas suas aceções técnicas e sociais (Fonseca, 2002). Deveria pois iniciar-se aí, caso o modelo clássico fosse adequado para explicar o processo de profissionalização militar do Exército português, o recuo linear, constante e progressivo dos militares da política. Isso, contudo, não sucedeu. Para o provar, se não bastasse a análise global do activo envolvimento político militar que caracteriza a generalidade do século XX português, bastaria que colocássemos o olhar na Ditadura Militar, situada mesmo à saída da República, para sermos conduzidos à seguinte questão óbvia: como pode esse envolvimento ser compatível com a natural, óbvia e esperada profissionalização política consequente às profissionalizações técnica e social?

5.1. As questões.

Na tentativa perceber o que justifica a incapacidade aparente do modelo clássico da profissionalização dar conta da explicação da profissionalização política do Exército português, o trabalho que oferece a base a esta comunicação procurou responder à seguinte pergunta de partida: “Porque foram os profissionais militares do Exército recrutados para a carreira política durante a I República portuguesa?”.

Esta pergunta, complexa e multifacetada, desdobrou-se, para mais cabal exploração, em três dimensões que integram dez questões essenciais:

A) Questões ligada à dimensão Descrição e Evolução:

1. Quantos eram os militares, os militares do Exército e os militares profissionais do Exército que assumiram cargos políticos durante a I República Portuguesa?
2. Como evoluíram os quantitativos de militares, de militares do Exército e de militares profissionais do Exército que assumiram cargos políticos?

B) Questões ligadas à dimensão Caracterização:

3. Quem eram os militares profissionais políticos?
4. Quem eram os militares profissionais políticos na *pool* dos militares profissionais (1º grupo de controlo)?
5. Quem eram os militares profissionais políticos na *pool* dos políticos (2º grupo de controlo)?
6. Quais os melhores preditores do recrutamento de militares profissionais para o exercício de cargos políticos?
7. Quais os melhores preditores do sucesso de militares profissionais no exercício de cargos políticos?

C) Questões ligadas à dimensão Classificação:

8. Como se classificam os militares quanto à sua forma de intervenção política?

9. Como se caracterizam os militares com intervenções predominantemente técnicas e corporativistas?
10. Como se compatibilizam os diferentes perfis de militar político com diferentes graus de profissionalismo militar?

5.2. As hipóteses.

A resposta à pergunta de partida é ainda orientada pela formulação de 9 hipóteses, hipóteses que fornecem a base para a classificação dos militares políticos profissionais. Quatro estão ligadas a justificações assentes nas especificidades ocupacionais do militar (Hipóteses 1, 2, 3 e 4), duas estão associadas ao seu carácter político (Hipóteses 5 e 6) e as restantes surgem associadas ao seu carácter social, ou seja, a fenómenos sociais que só incidentalmente o afectam como militar (Hipóteses 7, 8 e 9). Segue-se a sua enunciação:

Hipótese 1: Hipótese do Recrutamento do Especialista

O militar profissional é recrutado para assumir cargos políticos predominantemente devido à necessidade da aplicação da sua *expertise* particular em cargos e com intervenções essencialmente ligadas à sua profissão.

Hipótese 2: Hipótese do Recrutamento Normal

O militar profissional é recrutado para assumir cargos políticos predominantemente devido ao facto de, sendo a ocupação predominantemente política, a carreira política se constituir numa continuação da carreira militar, nomeadamente nos seus postos mais prestigiosos.

Hipótese 3: Hipótese do Recrutamento do Herói

O militar profissional é recrutado para assumir cargos políticos predominantemente na medida em que tenha participado com sucesso em missões de combate de grande visibilidade e aceitação social.

Hipótese 4: Hipótese do Recrutamento do Representante Corporativo

O militar profissional é recrutado para assumir cargos políticos predominantemente para representar os interesses da sua classe profissional.

Hipótese 5: Hipótese do Recrutamento Estratégico Vigilante

O militar profissional é recrutado para assumir cargos políticos predominantemente porque há necessidade de valorizar e manter vigiado de perto quem controla directamente as Forças Armadas, por forma a assegurar a manutenção do próprio exercício do poder.

Hipótese 6: Hipótese do Recrutamento Estratégico Instrumental

O militar profissional é recrutado para assumir cargos políticos predominantemente porque há necessidade de valorizar e assegurar ligações que sustentem influência sobre as Forças Armadas, com vista a garantir mobilização militar quando necessária, quer na conquista quer na manutenção do poder.

Hipótese 7: Hipótese do Recrutamento Representativo

O militar profissional é recrutado para assumir cargos políticos predominantemente porque constitui um grupo social relevante e vigora uma estratégia de recrutamento que visa a representação proporcional de todas as classes sociais.

Hipótese 8: Hipótese do Recrutamento Elitista

O militar profissional é recrutado para assumir cargos políticos predominantemente porque pertence (e na medida em que pertença) à elite da sua profissão e vigora uma estratégia de recrutamento que visa representar a diversidade das elites funcionais.

Hipótese 9: Hipótese do Recrutamento nas Cliques

O militar profissional é recrutado para assumir cargos políticos predominantemente porque possui relações familiares e outras de ordem pessoal (baseadas organizacionalmente ou não) com actuais detentores de cargos políticos.

5.3. O modelo de abordagem.

O modelo analítico que construímos e que serve de base à discussão dos resultados da investigação em torno da pergunta de partida (**Figura 3**), parte de cinco pressupostos:

1. Não existe uma relação de causa-efeito entre a consolidação dos traços técnicos e sociais e os traços políticos do profissionalismo militar. Ao invés, há um propiciar do afastamento dos militares da política efeito do profissionalismo, que pode ser contrariado por acontecimentos sociais marcantes, protagonizados por militares, que afectem consideravelmente o seu prestígio social, a dimensão do recrutamento para o oficialato e a estabilidade política interna. O reconhecimento social da necessidade de se combater inimigos externos, ou seja, a participação em conflitos armados contra um inimigo estrangeiro aparece como o mais potente influenciador do aumento do prestígio social dos militares e do rácio de participação, embora não seja o único, o que faz depender o contrariar da tendência de afastamento dos militares da política por efeito do profissionalismo, da pacificação política interna e externa.
2. A conflitualidade externa induz ao aumento do prestígio social dos militares e ao aumento da dimensão do recrutamento de altos e médios oficiais, factores que agem como facilitadores do envolvimento político.
3. A intervenção política decorrente da instabilidade interna é propiciada pela boa ou muito boa auto-imagem dos oficiais e pelo fraco enraizamento do princípio da supremacia civil.
4. A ocupação militar gera poder ao monopolizar os meios de coerção que constituem o último garante do exercício do poder político. O processo de profissionalização contribui pois, não para fazer de forma necessária recuar correlativamente o número de militares profissionais que participam no processo político, mas para fazer substituir progressivamente o tipo mandatos e de intervenções de “não profissionais” por “profissionais”. O recuo previsível do número de militares profissionais políticos não segue necessariamente o mesmo ritmo da profissionalização técnica e social, nem o seu sentido.
5. Desde que subordinado ao perfil técnico e social profissional, a participação política militar (exercício legitimado por eleição ou nomeação) não invalida a conclusão por um Exército profissionalizado. Tal não ocorre no caso de intervenção militar (intervenção não legitimada por eleição ou nomeação).

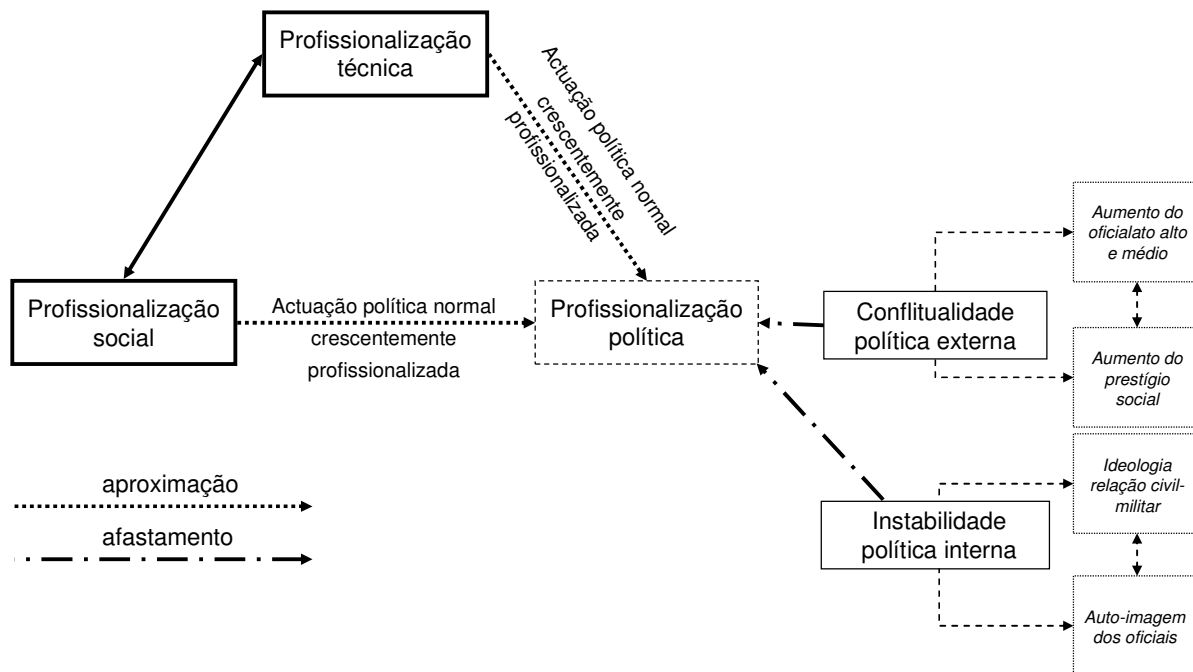


Figura 3: Modelo de Profissionalização Militar Proposto.

O nosso modelo de abordagem assume pois dever a interpretação da evolução do profissionalismo militar sob a óptica política centrar-se em duas questões essenciais: como evoluem quantitativamente os militares profissionais políticos como resultado do equilíbrio momentâneo das variáveis que afectam essa participação em volume, e qual a evolução em género dos perfis de militar profissional político, nomeadamente dos congruentes e não congruentes com o profissionalismo militar.

No fundo, defendemos a diferenciação da análise do envolvimento político militar numa componente quantitativa (a que classicamente tem sido destacada) e numa componente qualitativa (que tem sido ignorada). A primeira responde à questão: “Envolveram-se?”; a segunda aborda o problema de se saber “Quem e como se envolveu?”. É que, como sistematizaremos, e como já discutimos, torna-se difícil excluir da compatibilidade com o profissionalismo militar, toda e qualquer participação política.



Figura 4: Conceito de Envolvimento Político dos Militares.

Como se vê esquematicamente na **Figura 4**, distinguimos no âmbito do conceito lato de envolvimento político militar, os de intervenção e participação, reportando-se o primeiro, em especial, à dimensão quantitativa, e o segundo, particularmente, à qualitativa. A intervenção, ou ingerência, reporta-se ao envolvimento dos militares, de forma armada e exclusivamente na política interna, nos processos de determinação do regime político e do poder em funções. Incluem-se envoltimentos subsidiários, bem como regimes políticos militares. Já a participação refere-se ao assumir de funções políticas de acordo com as regras dos regimes vigentes. Inclui a participação nos Paramentos e Governos, bem como o exercício de outros cargos políticos, nomeadamente os de alcance nacional, contemporâneos do exercício de funções militares. Ainda que com limites e conseqüências muito diversas, ambos os conceitos atingem a neutralidade política da profissão.

Os pressupostos do nosso modelo de abordagem, as hipóteses apresentadas e os conceitos que acabaram de ser discutidos compatibilizam-se n o esquema apresentado na **Figura 5** que forneceu a base da problematização teórica e do planeamento teórico-prático desta investigação empírica.

6. A tática da investigação empírica

6.1. Estrutura das Bases de Dados e das Variáveis

Investigar o recrutamento de militares profissionais do Exército para a ocupação política e para a sua elite, durante a I República Portuguesa implica que se defina o universo de inquirição em torno de dois grupos distintos: 1) os militares profissionais e 2) os indivíduos que assumem cargos políticos.

No que respeita aos militares profissionais, e na sequência do que ficou dito acerca da sua identidade, definimo-los como todos os Oficiais do Exército que frequentaram a Escola Militar, a Escola de Guerra e/ou a Escola do Exército e concluíram pelo menos um dos seus Cursos Superiores durante a I República Portuguesa.

Esta base de dados (Base de Militares Profissionais) registou 2262 entradas, considerando a totalidade dos casos existentes. Para lhe dar corpo foram listados todos os alunos matriculados nas Escolas Militares entre 1905 e 1925 sendo posteriormente excluídos os matriculados nesse período mas não graduados entre 1910 e 1926.

A base foi informada por via do levantamento dos dados disponíveis relativos a variáveis de tipo socio-profissional, militar e político (**Figura 6**).

No que respeita aos indivíduos que assumiram cargos políticos, considerou-se a totalidade do exercício de cargos executivos durante a I República, nomeadamente na Assembleia Nacional Constituinte (1911), na Câmara dos Deputados (1911-26), no Senado da República (1911-26) e Governo (Presidência da República, Chefes de Governo e Ministros).

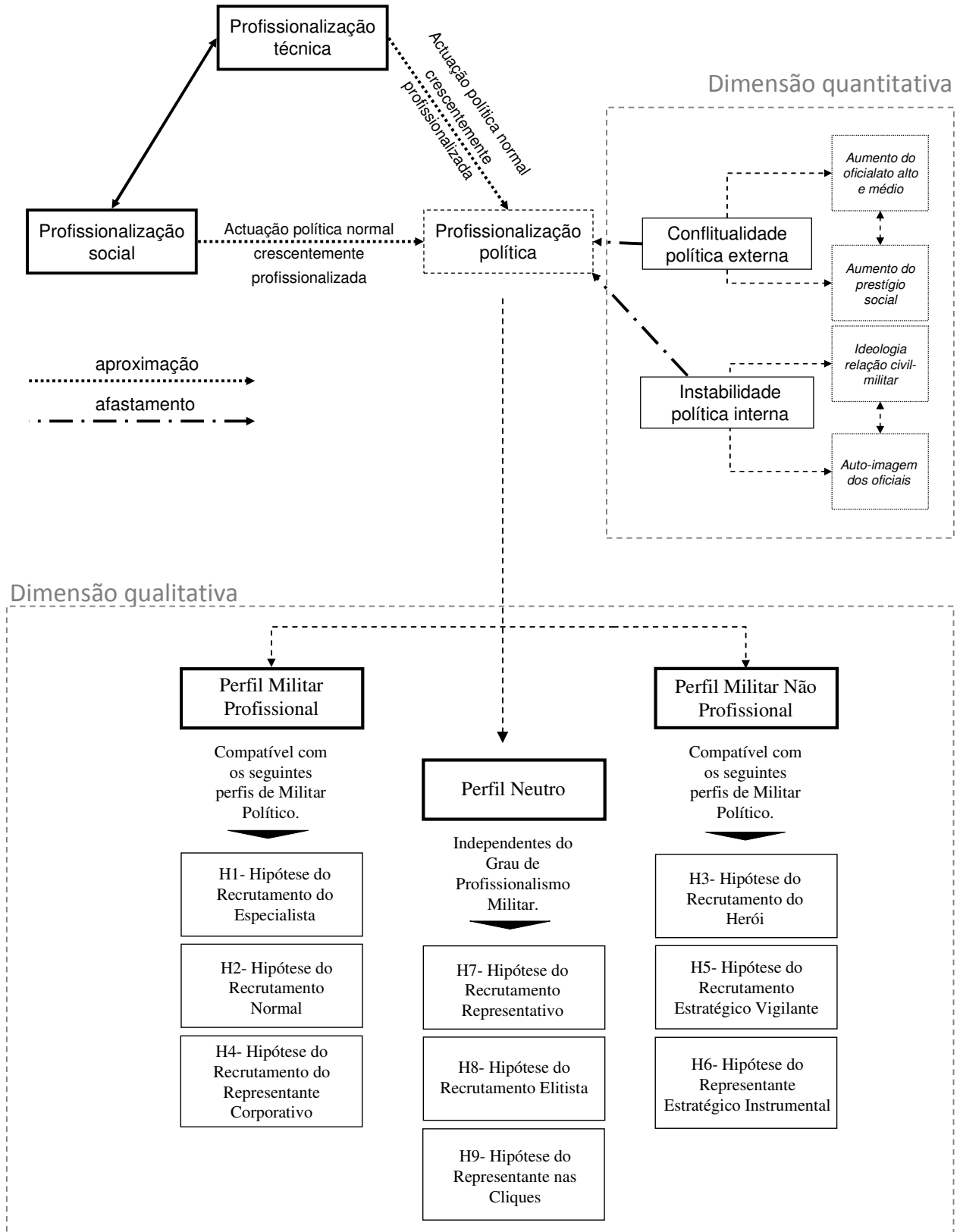


Figura 5: Modelo de Profissionalização Militar Proposto com Hipóteses.

As carreiras políticas destes indivíduos foram depois completadas considerando as Câmaras Monárquicas (Câmara de Pares do Reino e Câmara dos Senhores Deputados), as Câmaras do Estado Novo (Assembleia Nacional e Câmara Corporativa) e o exercício de outros cargos políticos como os de Embaixador, Governador Civil, Governador de Colónias, Presidente de Câmara Municipal, Administrador de Concelho, Procurador à Junta Geral de Distrito, Vereador de Câmara Municipal, Chefe de Gabinete de Ministro e Provedor da Santa Casa da Misericórdia. Note-se que este complemento permitiu apenas caracterizar pormenorizadamente a carreira dos Políticos que exerceram cargos de Governante, Deputado e/ou Senador durante a I República Portuguesa, não se considerando o exercício exclusivo destas funções como critério de selecção.

Esta segunda base (Base de Políticos) considerou também o universo de casos, tendo registado 980 entradas.

Seguiu-se a informação dos casos por via do levantamento dos dados disponíveis relativos à sua caracterização socio-profissional, militar e política (**Figura 6**).



Figura 6: Principais Variáveis de Caracterização dos Casos Analisados.

Após caracterização dos casos, procedeu-se à análise sistemática das intervenções políticas parlamentares dos militares profissionais que assumiram cargos políticos, classificando-as consoante a sua orientação militar e a sua orientação corporativa militar.

Os casos considerados na Base dos Militares Profissionais foram ordenados consoante o sucesso relativo na Carreira Militar. Para tal, criou-se um Índice de Progressão na Carreira Militar que considerou a ordenação por posto mais alto alcançado e, dentro deste, o número de anos necessários para a progressão. Quanto mais alto o posto e, nesse âmbito, quanto menor o número de anos entre promoção a alferes e o maior posto alcançado, melhor a posição no Índice de Progressão.

Os Políticos foram também ordenados, desta vez consoante o sucesso relativo na Carreira Política. Para tal, criou-se um Índice de Progressão na Carreira Política que considerou o tipo de mandatos políticos exercidos e a sua duração. A ordenação é feita considerando o número de anos acumulados de exercício de cargos políticos, sendo os mandatos governativos ponderados em dobro. Consideram-se as carreiras em toda a sua extensão, da Monarquia Constitucional ao fim do Estado Novo.

Da Base dos Militares Profissionais foi individualizado o Grupo da Elite Militar (237 casos). Da Base de Políticos foram individualizados cinco grupos adicionais: o grupo dos Militares (273 casos), o Grupo dos Militares do Exército (206 casos), o grupo dos Militares Profissionais Políticos do Exército (139 casos), o grupo da Elite dos Militares Políticos do Exército (15 casos) e o grupo da Elite Política (96 casos).

Estes grupos foram definidos da seguinte forma:

A) Base dos Militares Profissionais:

1. Elite Militar: Oficiais do Exército que frequentaram a Escola Militar, a Escola de Guerra e/ou a Escola do Exército, concluíram um dos seus Cursos Superiores durante a I República Portuguesa e posicionaram-se no primeiro decil do Índice de Progressão na Carreira Militar.

B) Base de Políticos:

2. Militares: Detentores de cargos políticos durante a I República, nomeadamente na Assembleia Nacional Constituinte, na Câmara dos Deputados, no Senado da República e Governo (Presidência da República, Chefes de Governo e Ministros), que tiveram a ocupação militar como actividade profissional exclusiva ou principal durante os mandatos políticos exercidos, e durante um período mínimo de 10 anos.
3. Militares do Exército: Detentores de cargos políticos durante a I República, nomeadamente na Assembleia Nacional Constituinte, na Câmara dos Deputados, no Senado da República e no Governo (Presidência da República, Chefia de Governo e Chefia de Ministérios), que tiveram a ocupação militar como actividade profissional exclusiva ou principal durante os mandatos políticos exercidos e durante um período mínimo de 10 anos, exercendo essa ocupação no Exército (incluem-se transições da Marinha para o Exército desde que os mandatos políticos exercidos ou a sua maioria, ocorram neste último ramo).

4. Militares Profissionais Políticos do Exército: Detentores de cargos políticos durante a I República, nomeadamente na Assembleia Nacional Constituinte, na Câmara dos Deputados, no Senado da República e Governo (Presidência da República, Chefes de Governo e Ministros), que tiveram a ocupação militar como actividade profissional exclusiva ou principal durante os mandatos políticos exercidos e durante um período mínimo de 10 anos no Exército, e se graduaram pela Escola Militar, a Escola de Guerra e/ou a Escola do Exército concluindo pelo menos um dos seus Cursos Superiores.
5. Elite dos Militares Políticos do Exército: Primeiro decil do Índice de Progressão na Carreira Política do grupo dos detentores de cargos políticos durante a I República, nomeadamente na Assembleia Nacional Constituinte, na Câmara dos Deputados, no Senado da República e Governo (Presidência da República, Chefes de Governo e Ministros), que tiveram a ocupação militar como actividade profissional exclusiva ou como principal durante os mandatos políticos exercidos e durante um período mínimo de 10 anos no Exército, e se graduaram pela Escola Militar, a Escola de Guerra e/ou a Escola do Exército concluindo pelo menos um dos seus Cursos Superiores.
6. Elite Política: Primeiro decil do Índice de Progressão na Carreira Política do grupo dos detentores de cargos políticos durante a I República, nomeadamente na Assembleia Nacional Constituinte, na Câmara dos Deputados, no Senado da República e Governo (Presidência da República, Chefes de Governo e Ministros).

6.2. *Teste de Hipóteses*

No que respeita à investigação em torno das hipóteses, foram seguidos os seguintes pressupostos:

Hipótese 1: Hipótese do Recrutamento do Especialista

Confirmação perfeita: Todos os militares políticos assumem exclusivamente cargos directamente ligados à sua expertise e em cargos generalistas, produzem intervenções exclusivamente ligadas às áreas onde possuem competência profissional específica.

Teste: Confirmam a hipótese militares profissionais que exerceram o cargo de Ministro da Guerra e/ou assumiram mandatos nas Câmaras executados com intervenções exclusivamente ou em grande maioria (igual ou maior que 80% do total de intervenções) produzidas sobre assuntos militares.

Hipótese 2: Hipótese do Recrutamento Normal

Confirmação perfeita: Todos os militares políticos recrutados são oficiais gerais e vão ocupar cargos políticos de distinção (cargos ministeriais e superiores).

Teste: Confirmam a hipótese militares profissionais que foram recrutados para exercer cargos governamentais (ministro, chefe de estado, presidente) e que, aquando do seu primeiro mandato deste tipo eram oficiais gerais (coronel e superior).

Hipótese 3: Hipótese do Recrutamento do Herói

Confirmação perfeita: Todos os militares políticos recrutados após a entrada de Portugal na Guerra combateram na I Guerra Mundial recebendo condecoração subsequente. Para todos, esse foi o seu primeiro mandato executivo.

Teste: Confirmam a hipótese militares profissionais que tenham participado na I Guerra Mundial, tenham assumido cargos políticos executivos apenas após essa participação e tenham recebido condecoração correlativa à sua acção na Guerra.

Hipótese 4: Hipótese do Recrutamento do Representante Corporativo

Confirmação perfeita: Todos os militares políticos recrutados se definem como representantes da classe e têm a sua intervenção caracterizada maioritariamente pela defesa de direitos corporativos.

Teste: Confirmam a hipótese militares profissionais que exerceram mandatos nas câmaras executadas e cujas intervenções foram maioritariamente produzidas na defesa corporativa da classe militar.

Hipótese 5: Hipótese do Recrutamento Estratégico Vigilante

Confirmação perfeita: Os militares políticos recrutados são sensivelmente os mesmos por legislatura e são recrutados com base num padrão pouco definido entre os profissionais militares da elite com influência directa junto das classes inferiores.

Teste: O desvio-padrão do número de militares profissionais de cada legislatura da I República é inferior a 10, realizando-se todos os recrutamentos na elite militar.

Hipótese 6: Hipótese do Recrutamento Estratégico Instrumental

Confirmação perfeita: Os militares políticos recrutados são-o exclusivamente entre profissionais militares com influência directa junto das classes inferiores e que têm histórico de intervenção política directa através de manobras militares no apoio à ascensão e derrube de forças políticas, ou que são (ou foram no passado) propagandistas ou activistas de regimes e/ou partidos.

Teste: Confirmam a hipótese militares profissionais, oficiais, com histórico de intervenção política directa através de manobras militares no apoio à ascensão e derrube de forças políticas ou que são (ou foram no passado) propagandistas ou activistas de regimes e/ou partidos.

Hipótese 7: (Hipótese do Recrutamento Representativo)

Confirmação perfeita e Teste: A distribuição da população por classe social é semelhante à mesma distribuição entre a classe política.

Hipótese 8: Hipótese do Recrutamento Elitista

Confirmação perfeita e Teste: As elites funcionais e económicas mais importantes da sociedade estão representadas na classe política numa distribuição proporcional à sua verificação na sociedade.

Hipótese 9: (Hipótese do Recrutamento nas Cliques)

Confirmação perfeita: Os recrutamentos de militares políticos podem sempre ser explicados através das árvores genealógicas e das árvores de filiação.

Teste: Confirmam a hipótese militares profissionais que partilham a execução de cargos políticos com familiares próximos (pais, avós, irmãos, primos, tios e sogros) ou sustentam outras relações pessoais identificadas com detentores desses cargos.

6.3. Perfis de militar profissional político

A compatibilização das hipóteses com perfis específicos de militar profissional político segue os pressupostos patentes na **Figura 7**, corporizando a orientação deixada pelo nosso modelo de abordagem:

| Hipóteses | Perfil | Dominante |
|---|-------------------------------------|------------------|
| H1- Hipótese do Recrutamento do Especialista | Técnico | Profissional |
| H2- Hipótese do Recrutamento Normal | Encarregado | Profissional |
| H3- Hipótese do Recrutamento do Herói | Herói | Não Profissional |
| H4- Hipótese do Recrutamento do Representante Corporativo | Corporativista | Profissional |
| H6- Hipótese do Recrutamento Estratégico Instrumental | Intervencionista/ Revolucionário | Não Profissional |
| H9- Hipótese do Recrutamento nas Cliques | Aparentado | Neutro |

Figura 7: Perfis de Militar Político por Graus de Profissionalização.

As hipóteses 5, 7 e 8 verificam-se colectivamente sobre os quantitativos totais de militares e sua caracterização agregada, pelo que não são adequadas à caracterização individual dos casos em perfis, tendo pois tratamento diferenciado. Dividimos pois as hipóteses nestes dois grupos, consoante se centrem sobre perfis individuais (hipóteses 1, 2, 3, 4, 6 e 9) ou sobre padrões de recrutamento (hipóteses 5, 7 e 8).

7. As conclusões do estudo

7.1. Dimensões Descrição e Evolução

A dimensão quantitativa do nosso modelo de abordagem orientou-nos para a necessidade de contabilizar a participação e a evolução da participação de militares na actividade política executiva, de 1910 até à actualidade.

Dessa análise, concluímos que 27,9% dos políticos da I República são militares de carreira (75,3% dos quais do Exército) e que 14,2% dos mesmos políticos são militares profissionais do Exército.

Quanto à evolução, verificou-se genericamente que o número de militares, militares do Exército e militares profissionais do Exército foi especialmente influenciado pela participação na I Guerra Mundial, em sentido esperado, dado que se nota um sentido expansionista anterior ao fim da I Guerra Mundial, e

um sentido retraccionista posterior. Isto ocorre tanto no que respeita à actividade política exercida nas Câmaras como no Governo, ainda que com um ligeiro atraso temporal: o número de Chefias de Governo e Presidências da República Militares incrementa-se também nos anos da Guerra e nos imediatamente seguintes, regredindo subsequentemente.

É de destacar contudo que a legislatura de 1922-25 é *sui generis* dado contrariar o sentido retraccionista da presença militar posterior ao fim da I Grande Guerra. Esse aumento ocorre contudo na sequência da própria guerra, dado o incremento se concretizar em militares (especialmente profissionais) que retornam da Guerra e do exercício de cargos governativos nos Governos Militares contemporâneos e imediatamente posteriores ao conflito.

Quanto à especificidade do perfil de militar político – profissional ou não profissional –, verifica-se que o peso dos militares profissionais face aos militares não profissionais no total de militares do Exército evolui, a partir de 1919 em sentido tendencialmente regressivo, o que é genericamente compatível com o que se esperaria por referência ao modelo da profissionalização. Os militares, os militares do Exército e os militares profissionais destacam-se também em cargos de político especialista e não de político generalista, dado terem especial presença no Governo face às Câmaras, concentrando-se fundamentalmente na pasta da Guerra, pasta essa que se assume, de facto, como o território por excelência do militar profissional, dado que 93,1% dos detentores deste cargo durante a I República são militares de Academia.

A análise do sucesso e da evolução do sucesso na carreira política dos militares que assumiram cargos executivos nas Câmaras e no Governo da República mostra que 49,0% da elite dos políticos da I República é composta por militares de carreira e 27,1% por militares profissionais, e que o número de militares, militares do Exército e militares profissionais do Exército com presença na elite política evolui ao longo da I República em sentido positivo, isto é, registando incrementos regulares. Interessante é notar contudo que, não obstante haja essa tendência positiva, se verifica também que a partir da legislatura de 1919-21 se manifesta a tendência, que será crescente, de regressão dos recrutamentos para a elite política de profissionais militares face a não profissionais militares. É que a disponibilidade para a carreira política, a aposta nela e o sucesso aí alcançado, à medida que o processo de profissionalização progride, parece ir deixando de ser prioridade entre profissionais, mantendo-se apenas relevante entre os não profissionais, o que também esperaríamos da simples aplicação dos pressupostos do modelo clássico da profissionalização.

Verifica-se ainda que a tendência de decrescimento da percentagem de militares profissionais políticos recrutados para a elite política face ao recrutamento de não profissionais para a mesma elite é acompanhada pela tendência regressiva, desde 1918-19 dos recrutamentos de profissionais feitos na elite militar, face aos realizados fora desta elite. Ora, seria de se esperar que a ideologia do profissionalismo e suas consequências atingissem de forma mais rápida e aguda os profissionais de maior sucesso ocupacional objectivo.

Sobre a evolução do peso dos militares e dos militares profissionais na classe política é desde logo de destacar que, no que respeita ao exercício de cargos políticos por militares nas Câmaras, a I República saldou-se por ser, no período estudado (1834-1974) caracterizada pelas mais elevadas taxas de recrutamento militar e de recrutamento de militares profissionais, só decaindo estes números

significativamente a partir da entrada no Estado Novo. A consideração adicional do Governo (e portanto da Ditadura Militar, que aboliu as Câmaras) mostra que, de facto, os acréscimos de participação política militar e profissional militar da I República se enquadram num crescendo de envolvimento militar com a coisa pública, que culmina, nos anos da Ditadura, com uma percentagem de 58,3% de políticos de ocupação militar.

A regressão que se acentuará no Estado Novo começou contudo a ocorrer ainda nos últimos governos da Ditadura Militar. Globalmente, a tendência de evolução da participação política militar e militar profissional na Ditadura Militar é regressiva. Apesar de haver um incremento de militares e de militares profissionais governantes após o 25 de Abril, verifica-se que a partir dos IV/V Governo Constitucional, se retoma o caminho na retirada progressiva dos militares da política, que culmina presentemente na sua total erradicação.

É contudo de notar que todos os sentidos contrários à progressiva retirada dos militares e dos militares profissionais políticos que identificámos relacionam-se ou com a mudança não pacífica de regime político (Ditadura Militar e Estado Novo) ou com contemporaneidade das Guerras Mundiais (independentemente da participação), o que se articula consideravelmente bem com o nosso modelo de abordagem à análise da profissionalização militar.

7.2. Dimensão Caracterização

A caracterização dos indivíduos estudados fez-se, como se viu, e torno de três grupos de indicadores: os socio-profissionais, os militares e os políticos. Sumula-se em seguida, o fundamental do perfil que se encontrou.

Começando pela análise do primeiro grupo de indicadores, verifica-se que os militares profissionais políticos se caracterizaram maioritariamente:

- Por serem naturais de cidades (61,2%), nomeadamente de Lisboa (22,5%) e do Porto (11,6%);
- Por serem filhos de oficiais do Exército (40,0%);
- Por serem filhos de pais de classe social alta (85,7%);
- Por terem pais não políticos (87,1%);
- Por, quando auto-recrutados políticos, serem filhos de deputados (11,4%) com uma média de 2,8 mandatos;
- Por, quando auto-recrutados militares, terem pais oficiais não profissionais (60,7%);
- Por, quando auto-recrutados militares profissionais, terem pais cujo posto mais alto alcançado foi o de Coronel (45,5%);
- Por, quando auto-recrutados militares profissionais, terem pais que cursaram Infantaria (63,6%);
- Por não terem ascendência nobiliárquica (93,6%);
- Por fazerem a formação preparatória secundária no Colégio Militar (31,1%) e em liceus de sede de distrito (31,1%);
- Por fazerem a formação preparatória superior na Escola Politécnica (15,1%) e na Universidade de Coimbra (11,5%);

- Por terem cursado Artilharia (34,5%) e/ou Engenharia Militar (25,5%);
- Por, quando cumulando outra ocupação, acumularem a de Professor do Ensino Superior (20,1%).

Verificou-se aliás que a probabilidade de um militar profissional ser recrutado para assumir cargos políticos aumentou com:

- A sua proveniência cidadina;
- A classificação social do pai na classe alta;
- O auto-recrutamento político;
- A proveniência do pai oficial profissional de armas tradicionais, nomeadamente da Infantaria;
- A frequência do Colégio Militar;
- O cursar de Armas Técnicas.

Por outro lado, foi saliente que a probabilidade de um militar profissional político ascender à elite dos militares profissionais políticos se incrementou com:

- A sua proveniência cidadina;
- O auto-recrutamento militar;
- O auto-recrutamento político;
- A ascendência nobiliárquica;
- A frequência do Colégio Militar;
- A acumulação da actividade de docente universitário.

Já probabilidade de um militar profissional ascender à elite da profissão aumentou com:

- A sua proveniência cidadina;
- O auto-recrutamento militar;
- A classificação social do pai na classe alta;
- A proveniência do pai oficial profissional de armas tradicionais, nomeadamente da Infantaria;
- A frequência do Colégio Militar;
- O cursar de Armas Técnicas.

Uma análise transversal aos resultados da análise do perfil socio-profissional dos grupos considerados aponta para um facto relevante: à excepção dos auto-recrutamentos, todos os indicadores que indiciam um alto sucesso na carreira militar, indiciam também a entrada na carreira política.

Os dados discutidos sugerem também que quanto melhor a posição face aos indicadores que aumentam a probabilidade de se entrar na elite militar, maior a probabilidade de se fazer uma carreira política, isto é, a carreira política parece andar naturalmente aliada a carreiras militares de sucesso e a sua probabilidade sustentar-se directamente no desempenho militar, o que se compatibiliza quer com a nossa hipótese do recrutamento normal quer com a nossa hipótese do recrutamento do especialista, ambas de dominante profissional.

A maior probabilidade de se recrutar um militar profissional para a carreira política ocorre pois quando se está em presença de um militar de sucesso na sua carreira, que acumula o auto-recrutamento político.

Centrando agora a nossa análise no segundo grupo indicadores: os de carreira militar, constata-se em síntese que os militares profissionais políticos caracterizaram-se maioritariamente:

- Por se matricularem nas Escolas Militares com 19 a 21 anos (47,4%) (média de 20 anos);
- Por se matricularem com o posto de Soldado (56,1%) ou de Alferes Aluno (10,1%), e por pertencerem à classe de praça (61,9%);
- Por terem uma média de curso de 11 a 13 valores (53,3%) (média de 13,15 valores);
- Por não serem alunos de mérito em 59,9% dos casos;
- Por cursarem Infantaria (29,7%), Artilharia (27,5%) e/ou Engenharia (20,3%);
- Por alcançarem o posto mais alto de Coronel (31,9%) ou General (26,1%);
- Por não serem Professores nas Escolas Militares (82,0%).

Quanto à probabilidade de um militar profissional ser recrutado para assumir cargos políticos, as evidências recolhidas mostram que ela aumentou com:

- A idade de matrícula na Escola Militar abaixo da média;
- A matrícula na Escola Militar na classe de praça;
- O alto mérito académico;
- A pertença a Armas Técnicas, nomeadamente à Engenharia;
- O assumir de funções docentes nas Escolas Militares.

Já a probabilidade de um militar profissional político ascender à elite dos militares profissionais políticos aumentou com:

- A idade de matrícula na Escola Militar abaixo da média;
- A matrícula na Escola Militar na classe de sargento;
- O alto mérito académico;
- A pertença a Armas Administrativas, nomeadamente o Estado-Maior e a Administração Militar;
- O assumir de funções docentes nas Escolas Militares.

Por fim, a probabilidade de um militar profissional ascender à elite da sua profissão aumentou com:

- A idade de matrícula na Escola Militar abaixo da média;
- A matrícula na Escola Militar na classe de sargento;
- O alto mérito académico;
- A pertença às Armas de Artilharia, Cavalaria ou Engenharia;
- O assumir de funções docentes nas Escolas Militares.

Com a análise deste grupo de indicadores reforça-se (e comprova-se em sentido forte) o que atrás se tinha já concluído: o sucesso na carreira militar indicia, para os recrutados para a carreira política, o sucesso nesta última.

Especialmente interessante é ainda atentar nas Armas que fornecem recrutas para cada um dos sub-grupos de militares profissionais analisados. É que a expansão (organizacional e simbólica) das Armas Técnicas no âmbito de formas armadas em modernização (e profissionalização) traduz-se também no desproporcional recrutamento dos militares profissionais que as integram para a actividade política, o

que não pode deixar de ser articulado com o modo como essas armas se destacam em mérito académico (e profissional) ao longo de toda a I República (Fonseca, 2002). Contudo, a persistência das armas elitistas tradicionais no domínio da profissão e dos seus escalões mais elevados, que se nota ao longo do período em análise e que já antes se problematizou e analisou (*idem*) é curiosamente contrastada com o domínio das Armas Administrativas no acesso à elite da ocupação política assumida por militares profissionais, o que pode também ser justificado a partir de razões associadas à especialização técnica, dado o tipo de competências gestórias e politico-administrativas que o exercício da actividade política exige, face ao exercício genérico da actividade militar.

Centremo-nos por fim nos indicadores de carreira política. Da análise dos dados recolhidos e tratados nesse âmbito, constata-se em síntese que os militares profissionais políticos se caracterizaram maioritariamente:

- Por iniciarem a carreira política entre os 35 e os 45 anos (39,6%) (43 anos em média);
- Por iniciarem a carreira política com o posto de capitão (27,3%);
- Por terem carreiras de duração igual ou inferior a 3 anos (se bem que a variância seja elevada e a média relativa seja de 7,73 anos e a absoluta de 4,62 anos);
- Por serem filiados no Partido Democrático (23,3%), no Partido Republicano Português (22,3%) e no Partido Nacional Republicano (16,5%);
- Por serem eleitos pelo Partido Democrático (33,9%), pelo Partido Nacional Republicano (23,7%) e pela Causa Monárquica (10,2%);
- Por assumirem cumulativamente os cargos de Governador Civil (15,1%), Governador de Colónias (12,2%) e Chefe de Gabinete de Ministro (10,8%);
- Por serem alinhados politicamente à esquerda (71,4%), isto é, com o Republicanismo;
- Por iniciarem na maioria dos casos as carreiras políticas localmente, passando depois ao palco nacional, e retornando mais tarde à política local;
- Por não terem actividade política estudantil (96,4%) e por não terem estado envolvidos na organização local da República antes de 1911 (100,0%);
- Por não participarem em momentos históricos, nomeadamente armados (66,2%);
- Por serem eleitos por Lisboa (15,3%);
- Por não pertencerem à Maçonaria (79,1%) nem à Carbonária (99,3%);
- Por, para além da Guerra, terem assumido de forma relevante as pastas das do Interior (21,5%) e das Finanças (20,0%);
- Por em média terem tido as progressões de deputado a membro do Governo mais curtas (5 anos).

Olhando para a probabilidade de um militar profissional político ascender à elite dos militares profissionais políticos, verifica-se que esta aumentou com:

- A idade mais jovem à data do 1º mandato;
- O posto de tenente ou general aquando do 1º mandato;
- O assumir do cargo de Presidente de Câmara Municipal;
- O alinhamento político à direita;

- A participação em actividade política estudantil;
- A participação em momentos históricos em geral e revolucionários armados em particular;
- A eleição por Moçambique e Santarém;
- A pertença à Maçonaria;
- O exercício do cargo de Presidente do Ministério e de Ministro das Finanças;
- O exercício de uma actividade política nas Câmaras longas, antes da ascensão ao Governo.

Quanto à carreira política, os militares profissionais políticos diferiram dos políticos essencialmente:

- Por serem em média menos jovens;
- Por terem carreiras políticas mais longas e contínuas;
- Por serem mais Independentes, e mais filiados no Partido Nacional Republicano e no Partido Reconstituente;
- Por serem mais eleitos pelo Partido Nacional Republicano;
- Por serem mais alinhados à Esquerda;
- Por assumirem mais os cargos de Governador de Colónias e Chefe de Gabinete de Ministro;
- Por terem estado menos envolvidos em actividade política estudantil e na organização local da República antes de 1911;
- Por terem mais participação em momentos históricos de todo o tipo, mas particularmente os armados;
- Por serem mais eleitos pelas Colónias e fora das Grandes Cidades;
- Por pertencerem mais à Maçonaria e menos à Carbonária;
- Por sobreviverem politicamente menos à Implantação da República;
- Por sobreviverem politicamente mais ao fim da República;
- Por assumirem mais, para além da Pasta da Guerra, a do Interior e das Finanças;
- Por progredirem mais rapidamente de deputado para ministro.

Já quanto à carreira política os militares profissionais políticos diferiram dos militares não profissionais políticos essencialmente:

- Por serem em média menos jovens;
- Por terem carreiras políticas mais longas em termos absolutos, e mais contínuas;
- Por serem mais Independentes, e mais filiados no Partido Nacional Republicano e na Causa Monárquica;
- Por serem mais eleitos pelo Partido Nacional Republicano e pela Causa Monárquica;
- Por serem mais alinhados à Esquerda;
- Por assumirem mais os cargos de Governador de Colónias e Chefe de Gabinete de Ministro;
- Por terem estado menos envolvidos em actividade política estudantil e na organização local da República antes de 1911;

- Por terem mais participação em momentos históricos de todo o tipo, mas particularmente os armados;
- Por serem mais eleitos pelas Colónias e fora das Grandes Cidades;
- Por pertencerem menos à Maçonaria e menos à Carbonária;
- Por sobreviverem politicamente menos à Implantação da República;
- Por sobreviverem politicamente mais ao fim da República;
- Por assumirem mais a Pasta da Guerra e menos a da Instrução, Trabalho e Agricultura;
- Por progredirem mais rapidamente de deputado para ministro.

A análise dos indicadores políticos reforça a ideia de um recrutamento de militares para a actividade política que tanto é de cariz técnico como político. Quanto ao cariz técnico, a idade de entrada, o tipo de funções exercidas e a progressão nesse exercício, parecem apontar para uma selecção compatível com a nossa hipótese do “recrutamento do especialista”.

Contrariamente ao que esperaríamos, contudo, não se verifica que os militares não profissionais políticos sejam mais proeminentes na participação política armada que os militares profissionais políticos, o que, alicerçados nos pressupostos teóricos da profissionalização, esperaríamos que sucedesse. Voltaremos contudo a esta questão.

Para já, olhemos ainda para a forma como os indicadores de caracterização evoluíram ao longo do período em análise. Quanto a isso, verifica-se que os militares profissionais políticos possuem caracterizações socio-profissionais muito regulares entre legislaturas da I República, ainda que se denote uma tendência de regressão no seu auto-recrutamento militar e na sua ascendência nobiliárquica. Os restantes indicadores, se excluirmos alguma variação transitória consequente à guerra, tendem à manutenção.

Contudo, os militares não profissionais políticos apresentam perfis muito variáveis nas várias legislaturas da República. Excluindo também a atípica legislatura de 1918-19, verifica-se neste grupo uma tendência para um recrutamento mais cidadão, mais proveniente da classe alta e de maior ligação nobiliárquica, ao mesmo tempo que se denota a regressão dos auto-recrutamentos.

A excepcional legislatura de 1918-19 implicou a substituição de militares políticos, quer profissionais quer não profissionais, dado parte considerável da classe militar política anterior ter deixado o exercício de cargos políticos para participar na I Guerra Mundial, e dado a Ditadura Sidonista ter implicado uma viragem das Câmaras à Direita. Em termos socio-profissionais, os militares recrutados para essa legislatura foram recrutados políticos, aparentados com a nobreza e filhos de classe alta muito acima da média, sendo pois essencialmente militares provenientes das elites do anterior regime, mais que identificados com as renovadas elites republicanas.

No que respeita aos indicadores de carreira militar verifica-se que tanto os perfis de militar político profissional como de não profissional tendem a evoluir consideravelmente durante a I República. Nota-se que a evolução que o Exército está a sofrer durante a I República no sentido da profissionalização, nomeadamente a importância crescente dada, no encarreiramento, aos critérios meritocráticos sobre os aristocráticos, e o crescente desenvolvimento das armas técnicas e administrativas face às tradicionais (*Idem*), parece encontrar repercussão nos recrutamentos para a carreira política, o que é compatível com a

ideia da carreira política como continuação da militar. Assim, verifica-se que há, como se tinha já referido, uma tendência de diminuição dos recrutamentos para a política de militares profissionais com ascendência nobiliárquica, ao mesmo tempo que se tendem a recrutar indivíduos com médias finais de curso crescentes. As armas técnicas e administrativas estão também em alta, vindo progressivamente a ganhar terreno sobre as armas tradicionais.

A legislatura de 1918-19 implicou em termos sociais, como vimos, uma elevação do prestígio do recrutamento. Em termos militares, implicou essencialmente o recrutamento de mais militares de armas técnicas, de menos de armas administrativas, e de militares que não chegarão tão alto na carreira como os das outras legislaturas, ainda que tendo um mérito académico comparável.

Por fim, a análise da evolução dos indicadores de carreira política na forma como se apresentam durante a I República para militares profissionais políticos e militares não profissionais políticos, mostra que exceptuando a atípica legislatura Sidonista, os militares profissionais políticos tendem a evoluir ao longo da I República evidenciando uma grande estabilidade em torno das médias globais. A excepção é feita para a crescente probabilidade de serem recrutados para o Governo e para a Pasta da Guerra e de se envolverem em momentos históricos.

Os militares não profissionais políticos tendem também muito para a estabilidade evidenciando contudo estarem a tornar-se ao longo da I República cada vez mais recrutáveis para o Governo (se bem que nunca para a Pasta da Guerra), e estarem a demitir-se cada vez mais da intervenção em benefício da participação, nas acepções que lhes demos.

A legislatura de comportamento excepcional, influenciada no caso dos militares tanto pelo Sidonismo como pela Guerra, caracteriza-se pois por uma ascendência social especialmente prestigiosa e por carreiras militares e políticas de sucesso relativo, dado o alinhamento político contrário, na grande maioria dos casos, ao Republicanismo. No futuro, os políticos militares sidonistas não teriam geralmente tempo de beneficiar da viragem à direita trazida pelo Estado Novo, no que ao impacto positivo na sua carreira profissional respeita. Isso não sucedeu contudo em termos políticos. Estes militares foram recrutados desproporcionalmente pelo Estado Novo, mas já, geralmente, em fases da vida incompatíveis com carreiras longas. Tenderam pois a ter a maior taxa de sobrevivência política dos militares do Exército, não obstante tenham protagonizado carreiras em termos absolutos bem mais curtas: menos mandatos e menos anos em exercício. Os longos interregnos da Monarquia a 1918-19, e dessa data ao Estado Novo, foram pois o que mais somou ao número de anos totais passados entre o início do primeiro e o fim do último mandato político.

7.3. Teste das Hipóteses

Passando ao teste de hipóteses, olharemos apenas agora para os militares profissionais políticos, tentando caracterizá-los enquanto tendo desempenhos mais ou menos congruentes com o profissionalismo militar, continuando assim o esforço de qualificação dos militares que concretiza a segunda parte do nosso modelo de abordagem. Dessa verificação conclui-se que o perfil de militar profissional especialista é o que mais encontra confirmação entre os militares profissionais políticos da I República (54,7%) (ver **Figura 8**).

O segundo perfil mais encontrado é o de militar profissional intervencionista (37,4%), seguindo-se por esta ordem os perfis de representante (25,8%), aparentado (20,1%), encarreirado (18,0%) e herói (15,1%).

| Hipóteses centradas em perfis individuais | Perfil | Dominante | % de casos que validam a hipótese | |
|---|----------------------------------|------------------|-----------------------------------|-------|
| H1- Hipótese do Recrutamento do Especialista | Técnico | Profissional | 54,7% | 98,5% |
| H2- Hipótese do Recrutamento Normal | Encarreirado | Profissional | 18,0% | |
| H4- Hipótese do Recrutamento do Representante Corporativo | Corporativista | Profissional | 25,8% | |
| H3- Hipótese do Recrutamento do Herói | Herói | Não Profissional | 15,1% | 52,5% |
| H6- Hipótese do Recrutamento Estratégico Instrumental | Intervencionista/ Revolucionário | Não Profissional | 37,4% | |
| H9- Hipótese do Recrutamento nas Cliques | Aparentado | Neutro | 20,1% | 20,1% |

Figura 8: Resultados do Teste de Hipóteses – Perfis Individuais.

Quanto às hipóteses testadas agregadamente, a hipótese 5, hipótese do recrutamento estratégico vigilante é confirmada com o desvio-padrão de militares correspondentes ao perfil delineado por legislatura, de 6.

| | Hipótese 7 | | |
|--------------|----------------------|------|-------------|
| | Confirmação Perfeita | Real | Diferencial |
| Classe Alta | 10,0 | 69,3 | 59,3 |
| Classe Média | 30,0 | 30,5 | 0,5 |
| Classe Baixa | 60,0 | 0,2 | -59,8 |
| | 100 | 100 | 59,6 |

Figura 9: Resultados do Teste da Hipótese do Recrutamento Representativo.

A hipótese 7, hipótese do recrutamento representativo, como seria de se esperar não se verifica, dado a classe política inverter a pirâmide social ao recrutar-se maioritariamente na classe alta e minoritariamente na baixa (**Figura 9**).

A hipótese 8, hipótese do recrutamento elitista, não se verifica dado não se ter encontrado uma correspondência satisfatória entre a distribuição real das elites funcionais e a distribuição do peso dessas

elites na classe política (**Figura 10**). Os desvios mais marcantes ocorrem com a excessiva presença da elite da Gestão, da Saúde, das Forças Armadas e do Ensino, e com o *deficit* de recrutamentos provenientes da Religião, da Economia/ Finanças e da Cultura/ Letras⁴.

Se descontarmos o efeito do Sidonismo e da Guerra na legislatura de 1918-19, podemos concluir que os indivíduos cujo perfil de militar profissional político se acomoda com o profissionalismo militar, vieram desde o início da República a ganhar peso entre a classe militar profissional política (**Figura 11**). Esse sentido inverteu-se contudo a partir de 1919, altura em que começa a regredir a compatibilização da acção política com o profissionalismo.

| | | Hipótese 8 | | |
|--|----------|-------------------------|------|-----------------------|
| | | Confirmação Perfeita | Real | % de Representação |
| Comércio (considera-se 20% do nº de estabelecimentos comerciais de média rendibilidade e superior) | 873 | 1,9 | 2,6 | +36,8 |
| Indústria (considera-se 20% do nº de estabelecimentos industriais) | 727,6 | 1,6 | 2,3 | +43,8 |
| Ensino (professores universitários apenas) | 3478 | 7,6 | 11,4 | +50,0 |
| Engenharias e Construção Civil (todas as áreas de Engenharia e Arquitectura) | 4678 | 10,3 | 4,2 | -59,2 |
| Justiça (Advogados e Juízes) | 8760 | 19,2 | 24,5 | +27,6 |
| Saúde (Médicos e Farmacêuticos) | 4320 | 9,5 | 15,9 | +67,4 |
| Propriedade (Apenas Grandes Proprietários) | 4854 | 10,6 | 10 | -5,7 |
| Economia e Finanças (Licenciados) | 2347 | 5,1 | 0,2 | -96,1 |
| Forças Armadas (Oficiais) | 6512 | 14,3 | 22,2 | +55,2 |
| Gestão (Administradores, altos cargos) | 573 | 1,3 | 3,1 | +138,5 |
| Diplomacia e Funcionalismo Público (só Alto Funcionalismo) | 689 | 1,5 | 1,6 | +6,7 |
| Religião (Bispos e superior) | 1233 | 2,7 | 0,1 | -96,3 |
| Cultura/ Letras | 6576 | 14,4 | 1,9 | -86,8 |
| | 45620,72 | 100 | 100 | |

Figura 10: Resultados do Teste da Hipótese do Recrutamento Elitista.

⁴ Na compilação dos dados que servem de referência ao teste da hipótese 8, usaram-se os dados tornados disponíveis pelas obras de investigação histórica coordenadas por A.H. de Oliveira Marques, nomeadamente A. H. de Oliveira Marques (1991).

| | 1911 | | 1915 | | 1918 | | 1919 | | 1921 | | 1922 | | 1925 | | Governo República | |
|---------------------|------------------|------|-------|------|------|------|-------|------|-------|------|-------|------|------|------|----------------------|------|
| | n | % | n | % | n | % | n | % | n | % | n | % | n | % | n | % |
| | H1_Especialistas | 18 | 56,3 | 21 | 65,6 | 16 | 45,7 | 25 | 78,1 | 16 | 66,7 | 26 | 63,4 | 17 | 65,4 | 39 |
| H2_Encarregados | 3 | 9,4 | 6 | 18,8 | 0 | 0,0 | 6 | 18,8 | 6 | 25,0 | 7 | 17,1 | 3 | 11,5 | 25 | 38,5 |
| H3_Heróis | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 6 | 17,1 | 5 | 15,6 | 4 | 16,7 | 7 | 17,1 | 8 | 30,8 | 11 | 16,9 |
| H4_Representantes | 7 | 21,9 | 9 | 28,1 | 12 | 34,3 | 10 | 31,3 | 5 | 20,8 | 10 | 24,4 | 3 | 11,5 | 10 | 15,4 |
| H6_Intervencionista | 18 | 56,3 | 12 | 37,5 | 13 | 37,1 | 16 | 50,0 | 13 | 54,2 | 17 | 41,5 | 12 | 46,2 | 35 | 53,8 |
| H9_Parentes | 6 | 18,8 | 5 | 15,6 | 11 | 31,4 | 4 | 12,5 | 3 | 12,5 | 5 | 12,2 | 4 | 15,4 | 12 | 18,5 |
| Válidos | 32 | | 32 | | 35 | | 32 | | 24 | | 41 | | 26 | | 65 | |
| Missings | 0 | | 0 | | 0 | | 0 | | 0 | | 0 | | 0 | | 0 | |
| Profissionais | 87,5 | | 112,5 | | 80,0 | | 128,1 | | 112,5 | | 104,9 | | 88,5 | | 113,8 | |
| Não Profissionais | 56,3 | | 37,5 | | 54,3 | | 65,6 | | 70,8 | | 58,5 | | 76,9 | | 70,8 | |
| Neutros | 18,8 | | 15,6 | | 31,4 | | 12,5 | | 12,5 | | 12,2 | | 15,4 | | 18,5 | |

Figura 11: Evolução da Verificação das Hipóteses de Perfis Individuais por Legislatura Política da I República.

Ganham portanto peso, a partir do pós-guerra, os perfis incompatíveis com o profissionalismo, isto é, o de herói (condicionado pela guerra e portanto naturalmente em alta) e o de intervencionista.

Especificando esta orientação de mudança através da análise da evolução de cada perfil, verifica-se que a queda dos recrutamentos compatíveis com o profissionalismo ocorre essencialmente pela regressão do perfil de representante. O perfil de especialista é o que mais resiste ao evoluir da República.

Os Heróis constituem-se no perfil que ganhos mais regulares apresenta até ao fim da República. Os Intervencionistas expandem-se de 1918-21, mas entram depois em regressão, sendo substituídos por Heróis e Especialistas.

Os Parentes são quem mais compensa a perda de Especialistas e Encarregados durante a Guerra, evoluindo depois em sentido retractor.

7.4. Dimensão Classificação

Uma análise dos perfis de militar profissional político derivada apenas da verificação das hipóteses é insuficiente, na medida em que há sobreposições muito relevantes: um militar especialista pode ser por exemplo, simultaneamente intervencionista, o que faz reavaliar a sua acomodação ao pólo profissional ou ao não profissional.

Procurando sanar esse problema, realizámos uma análise de *clusters* sobre os grupos identificados através das hipóteses, isto é, os grupos que as confirmam. A análise teve grande sucesso ao permitir a

individualização de grupos muito distintos e ao classificar todos os militares profissionais políticos em estudo de forma satisfatória.

Nessa sequência identificámos cinco *clusters* de militares: o Militar Especialista Encarreado (43,2% do total de militares profissionais políticos), o Militar Especialista Corporativista (21,6% do total de militares profissionais políticos), o Militar Especialista Encarreado Intervencionista (5,0% do total de militares profissionais políticos), o Militar Intervencionista (21,6% do total de militares profissionais políticos) e o de Militar Parente ou Aparentado (8,6% do total de militares profissionais políticos).

Os Especialistas Encarreados caracterizam-se por ser genericamente aqueles que combinam intervenções técnicas militares com o exercício de cargos governativos após entrada no oficialato general, isto é, ministros de altas patentes de intervenção especializada.

Os Especialistas Corporativistas destacam-se pelas mesmas intervenções técnicas mas simultaneamente por uma sistemática defesa de tipo corporativista da ocupação. São essencialmente parlamentares especialistas e corporativos.

Os Especialistas Encarreados Intervencionistas somam ao primeiro *cluster* terem histórico de intervenção em momentos históricos, nomeadamente armados, o que é especialmente relevante dado ocorrer a combinação de perfis classificados como profissionais e não profissionais.

Os Intervencionistas caracterizam-se apenas por ascenderem à carreira política por associação a um passado intervencionista.

Os Parentes ou Aparentados correspondem genericamente aos já considerados e discutidos a propósito do tratamento da nossa Hipótese 9: eram suficientemente distintos já no teste de hipóteses.

A comparação entre os grupos gerados pela análise de *clusters* e os decorrentes do teste de hipóteses, mostra desde logo que os heróis não têm presença formal nesta classificação. Tal ocorre por se pulverizarem por diversos perfis sem significação especial na sua identidade. Ainda assim, é de sublinhar que o seu maior número se verifica no *cluster* dos intervencionistas, também de dominante não profissional, o que valida adicionalmente esta distribuição.

Deste arranjo, e de acordo com a tabela abaixo, concluímos que o perfil profissional é maioritário durante a I República (64,8%), destacando-se em particular o de Especialista Encarreado (43,2%). 21,6% dos indivíduos têm uma acção não profissional, 5,0% têm um perfil misto e 8,6% um perfil neutro.

| | % | n | Profissional | Quasi-Profissional | Não Profissional | Neutro |
|-----------------------------|------|----|--------------|--------------------|------------------|--------|
| Especialista Encarregado | 43,2 | 60 | 64,8 | | | |
| Especialista Corporativista | 21,6 | 30 | | | | |
| Especialista Encarregado | | | | 5,0 | | |
| Intervencionista | 5 | 7 | | | | |
| Intervencionista | 21,6 | 30 | | | 21,6 | |
| Parente | 8,6 | 12 | | | | 8,6 |

Figura 12: Caracterização e Peso Relativo dos Clusters de Perfis de Militar Profissional Político.

A evolução destes *clusters* ao longo da I República mostra a tendência ligeiramente regressiva dos militares profissionais políticos com perfil condizente com o profissionalismo, tendência especialmente notória na evolução do perfil de Especialista Corporativista.

Os militares profissionais políticos com perfil não condizente com o profissionalismo isto é, os Intervencionistas, vão ganhando peso durante a I República, o que indicia a Ditadura Militar.

| | 1911 | | 1915 | | 1918 | | 1919 | | 1921 | |
|-----------------------------|------|-------|------|-------|------|-------|------|-------|------|-------|
| | n | % | n | % | n | % | n | % | n | % |
| Especialista Encarregado | 11 | 34,4 | 14 | 43,8 | 12 | 34,3 | 9 | 28,1 | 8 | 33,3 |
| Especialista Corporativista | 6 | 18,8 | 6 | 18,8 | 12 | 34,3 | 6 | 18,8 | 3 | 12,5 |
| Especialista Encarregado | | | | | | | | | | |
| Intervencionista | 2 | 6,3 | 4 | 12,5 | 0 | 0,0 | 5 | 15,6 | 3 | 12,5 |
| Intervencionista | 11 | 34,4 | 5 | 15,6 | 6 | 17,1 | 10 | 31,3 | 9 | 37,5 |
| Parente | 2 | 6,3 | 3 | 9,4 | 5 | 14,3 | 2 | 6,3 | 1 | 4,2 |
| Válidos | 32 | 100,0 | 32 | 100,0 | 35 | 100,0 | 32 | 100,0 | 24 | 100,0 |
| Missings | 0 | | 0 | | 0 | | 0 | | 0 | |
| Profissionais | 53,2 | | 62,6 | | 68,6 | | 46,9 | | 45,8 | |
| Não Profissionais | 34,4 | | 15,6 | | 17,1 | | 31,3 | | 37,5 | |

Figura 13: Evolução dos Clusters de Militar Profissional Político por Legislatura (I).

Ora, este facto demonstra que efectivamente os militares profissionais políticos que tendem para o profissionalismo se encaminham mais para o afastamento progressivo do exercício da actividade política, que os que têm perfis contrários, o que é compatível com as nossas suposições de partida.

À semelhança do que fizemos a propósito da análise da verificação de hipóteses, e para com maior propriedade retirarmos conclusões, passamos à caracterização dos *clusters*.

Os Especialistas Encarregados destacam-se por ser cidadãos acima da média (64,2%), por serem os mais auto-recrutados militares (65,0%) mas, a par com os Intervencionistas, os menos auto-recrutados políticos (3,3%). São também os filhos de pais de classe mais alta.

Do ponto de vista militar, os Especialistas Encarregados concretizam-se no *cluster* de maior mérito académico, por uma frequência acima da média dos cursos de Cavalaria e Engenharia, e como o segundo grupo com carreira mais prestigiosa. Tenderam a iniciar a carreira política numa idade mais tardia que a média, realizando carreiras mais curtas. Concretizam-se ainda no grupo de militares políticos de tendência profissional mais orientado para a direita.

Os Especialistas Corporativistas destacam-se por serem os que mais frequentaram o Colégio Militar (53,8%), os que menos assumem funções docentes nas Escolas Militares (3,3%), os que menos exercem funções políticas no Governo (20,0%) e menos assumem a Pasta da Guerra (6,7%), e por serem o *cluster* de perfil profissional mais alinhado à esquerda (73,7%). São depois o segundo *cluster* com maior auto-recrutamento político (16,7%), os segundos na Arma de Artilharia (40,0%), os segundos que mais chegam ao generalato (34,6%), os que possuem as segundas carreiras mais longas e os que registam a segunda maior sobrevivência ao fim da Monarquia (13,3%).

| | 1922 | | 1925 | | Governo República | |
|---|------|-------|------|-------|-------------------|-------|
| | n | % | n | % | n | % |
| Especialista Encarregado | 16 | 39,0 | 9 | 34,6 | 26 | 44,8 |
| Especialista Corporativista | 8 | 19,5 | 3 | 11,5 | 6 | 10,3 |
| Especialista Encarregado Intervencionista | 4 | 9,8 | 2 | 7,7 | 7 | 12,1 |
| Intervencionista | 11 | 26,8 | 10 | 38,5 | 22 | 37,9 |
| Parente | 2 | 4,9 | 2 | 7,7 | 4 | 6,9 |
| Válidos | 41 | 100,0 | 26 | 100,0 | 58 | 112,1 |
| Missings | 0 | | 0 | | 0 | |
| Profissionais | 58,5 | | 46,1 | | 55,2 | |
| Não Profissionais | 26,8 | | 38,5 | | 37,9 | |

Figura 14: Evolução dos Clusters de Militar Profissional Político por Legislatura (II).

Os Especialistas Encarregados Intervencionistas são os mais cidadãos (87,5%), os únicos sem auto-recrutamento político (0,0%) e juntamente com os Intervencionistas destacam-se por não terem ascendência nobiliárquica (0,0%). A sua matrícula nas Escolas Militares tendeu a ser tardia e já com posto de sargento ou oficial. Tiveram também os piores resultados académicos, mas foram os que mais

alto chegaram na carreira. No que toca à Arma, superiorizaram-se na Artilharia, no Estado Maior e na Administração Militar.

Os Especialistas Encarregados caracterizaram-se também por ser os que entraram mais tardiamente na carreira política, o que não impossibilitou que tivessem uma duração de carreira média. O facto de terem as carreiras mais contínuas, justifica-o em parte. Totalmente alinhados com a República, não tiveram participação em qualquer outro regime e foram o *cluster* que mais chegou ao Governo (100,0%) e à condução da Pasta da Guerra (71,4%), sendo, se assim se pode dizer, o braço direito militar da República.

Os Intervencionistas foram os segundos mais rurais e caracterizaram-se por um reduzido auto-recrutamento militar e político. Foram também os mais desfavorecidos socialmente; não tiveram qualquer ascendência nobiliárquica e estiveram abaixo da média na frequência do Colégio Militar.

| | <i>Background Social</i> | | | |
|---|--------------------------|---------------------------|----------------------------|---------------------------------|
| | Naturalidade Rural | Auto-Recrutamento Militar | Auto-Recrutamento Político | Ascendência Social Privilegiada |
| Especialista Encarregado | | + | | |
| Especialista Corporativista | | | | |
| Especialista Encarregado Intervencionista | | | | |
| Intervencionista | + | | | |
| Parente | + | | + | + |
| Profissionais | | + | | |
| Quasi-Profissionais | | | | |
| Não Profissionais | | | | |
| Neutros | + | | + | + |

Figura 15: Quadro Resumo da Caracterização Social dos *Clusters* de Militar Profissional Político.

Foram estes os militares que se matricularam em média mais cedo nas Escolas Militares, conseguindo uma média relativamente baixa (12,83 valores), mas alcançando a segunda posição em destaque de mérito (40,0%) o que é explicado por se superiorizaram na Infantaria, curso que registou as médias de curso mais baixas durante a I República.

O sucesso profissional dos Intervencionistas é o mais baixo. A maioria destes militares (41,4%) não ultrapassou o posto de Coronel e só 10,3% chegaram a General. Não obstante esse insucesso, os Intervencionistas registaram as mais altas taxas de docência nas Escolas Militares (26,7%).

Na carreira política o sucesso dos Intervencionistas é também relativo: apesar de serem quem entra mais cedo na carreira, são os que conseguem percursos mais curtos. Nenhum destes militares sobrevive politicamente à República. Superiorizam-se contudo, a par dos Especialistas Encarregados Intervencionistas, na entrada no Governo, na condução da Pasta da Guerra, e no alinhamento com a esquerda, isto é, com a República. Se os Especialistas Encarregados Intervencionistas são o braço direito da Monarquia, ao aliarem disponibilidade para a intervenção armada a seu favor, elevado desempenho na Carreira Militar, e, conseqüentemente maior domínio técnico, e proveniências sociais suficientemente distintas para suportar o seu destaque político, os Intervencionistas são o braço esquerdo, menos importante e menos prestigioso, mas que é igualmente útil no suporte do regime.

| | Carreira Militar | | | |
|---|---------------------|--------------------|----------------|-----------------------------|
| | Académico de Mérito | Armas Tradicionais | Armas Técnicas | Carreira Militar de Sucesso |
| Especialista Encarregado | + | | | |
| Especialista Corporativista | | + | | |
| Especialista Encarregado Intervencionista | | + | | + |
| Intervencionista | | | | |
| Parente | | | + | |
| Profissionais | + | | | |
| Quasi-Profissionais | | + | | + |
| Não Profissionais | | | | |
| Neutros | | | + | |

Figura 16: Quadro Resumo da Caracterização Militar dos Clusters de Militar Profissional Político.

Os Parentes ou Aparentados destacam-se significativamente dos restantes *clusters*. Caracterizam-se pela maior naturalidade rural (33,3%), o mais baixo auto-recrutamento militar (5,9%) e o mais elevado auto-recrutamento político (91,7%). Destacam-se também pela elevada ascendência nobiliárquica (16,7%) e por não frequentarem o Colégio Militar (0,0%).

Quanto à carreira militar, os Parentes caracterizam-se por serem os segundos em média final de curso (13,01 valores) mas apenas os terceiros em mérito académico (33,3%). Cursos Engenharia acima da média (36,4%) e têm um sucesso reduzido na carreira não ultrapassando em 90% dos casos o posto de Coronel.

A entrada na carreira política é a mais precoce de todos os *clusters* e a carreira a mais longa, não obstante ser também a mais descontínua. Alinhados muito acima da média à direita (42,9%), têm uma

elevada taxa de persistência política: são tanto os que mais sobrevivem ao fim da Monarquia, como os que são mais recuperados pelo Estado Novo. Apenas da Ditadura Militar se encontram totalmente arredados.

Uma análise global aos dados apresentados permite concluir desde logo que o perfil de Parente que, de acordo com o nosso modelo de abordagem foi caracterizado como neutro, parece ser realmente independente de uma racionalidade militar. De facto, é ao tipo de ascendência e à tradição política familiar que parece dever ir-se buscar a justificação para a entrada numa carreira política. Aliás, a tendência para carreiras militares mais curtas, uma recorrente derivação para outras actividades civis (nomeadamente para a Engenharia Civil por parte dos licenciados em Engenharia Militar ou em Engenharia Civil e de Minas por exemplo), a irrisória actividade política técnica e corporativa aponta para uma identificação primária deste grupo com a carreira política e não com a militar.

Quanto aos restantes *clusters*, verifica-se que o intervencionismo político, quando alinhado com uma intervenção técnica realizada por militares de altas patentes, incrementa muito consideravelmente o sucesso tanto na ocupação política como na militar.

| | Carreira Política | | | | | |
|---|-------------------|----------------|-------------------------|----------------------------|----------|---------|
| | Governo | Outros Regimes | Carreira Política Longa | Carreira Política Contínua | Esquerda | Direita |
| Especialista Encarregado | | | | | | |
| Especialista Corporativista | | + | | | | |
| Especialista Encarregado Intervencionista | + | | | + | + | |
| Intervencionista | + | | | | | |
| Parente | | + | + | | | + |
| Profissionais | | + | | | | |
| Quasi-Profissionais | + | | | + | + | |
| Não Profissionais | + | | | | | |
| Neutros | | + | + | | | + |

Figura 17: Quadro Resumo da Caracterização Política dos Perfis de Militar Profissional Político.

O recrutamento para o Governo está directamente associado ao envolvimento em momentos históricos, nomeadamente ao lado da República, sendo a condução da Pasta da Guerra muito facilitada pela associação ao intervencionismo de qualidade técnica elevada reconhecida pela hierarquia militar mas não só. Todo o intervencionismo se encontra mais ligado à actividade política no Governo, o que estará

associado à maior confiança política decorrente do envolvimento próximo na implantação e defesa da República.

A maior sobrevivência política inter-regimes ocorreu no caso dos militares mais inócuos: os parentes e os especialistas corporativistas. Os intervencionistas foram excluídos na quase totalidade, procurando cada regime firmar novas alianças com as Forças Armadas.

Temos pois, em síntese, e se excluirmos os Aparentados por parecerem ser recrutados por razões que transcendem a ocupação militar, quatro grupos:

- 1) O Especialista credenciado pela Instituição Militar, recrutado pelas suas qualificações (acadêmicas e profissionais) e orientado para um cumprimento tecnicista das suas funções políticas;
- 2) O Corporativista defensor da Instituição Militar, que representa e protege “os seus” enquanto aplica a sua *expertise* em contexto político;
- 3) O Republicano Credenciado, pela Instituição Militar em termos académicos, técnicos e profissionais, Politicamente pela intervenção armada a favor da República, Socialmente pela ascendência mais prestigiosa;
- 4) O Republicano Supletivo, menos credenciado em termos Militares e Académicos, é recompensado abaixo da média pelo seu Intervencionismo Político.

8. Breve discussão dos resultados da pesquisa

A investigação em torno da pergunta de partida foi orientada para dar resposta a um problema quantitativo (evolução do número de militares profissionais políticos) e a um problema qualitativo (identificação das razões que justificam o recrutamento de militares profissionais políticos).

No que respeita à questão quantitativa concluiu-se que os dados apresentados mostram haver de facto uma tendência regressiva geral do número de militares profissionais políticos no período, que encontra contudo momentos de contradição. Esses momentos são de dois tipos essenciais: Guerras Mundiais (independentemente da participação, mas com efeitos significativos) e mudanças não pacíficas de regime (entrada na Ditadura Militar e na Democracia, mas não no Estado Novo).

De facto, após a I República o número de militares profissionais políticos tende a aumentar nas primeiras legislaturas entrando depois em regressão. Essa regressão é contudo atrasada pelo efeito da Guerra, que se faz sentir mais imediatamente no incremento do número de Governos Militares e mais mediamente na legislatura de 1922-25. A regressão que então é tendencial inverte-se com a revolução que instituiu a Ditadura, embora o sentido regressivo do número de militares profissionais políticos volte a ocorrer, mal o regime alcança alguma estabilidade.

Não havendo uma mudança agressiva de regime, mas apenas uma transição natural, não há razão para que o número de militares profissionais na política se acentue, continuando a regressão até se sentir os efeitos da II Guerra Mundial, que, quando terminados, dão lugar de novo à regressão.

Enquanto mudança de regime não pacífica, o 25 de Abril volta a trazer um acréscimo de militares à política, agora essencialmente à governativa, que, após se alcançar alguma estabilidade política, volta a ceder ao sentido regressivo.

O nosso modelo de abordagem pressupunha que o profissionalismo induziria à retirada progressiva dos militares profissionais da política, mas que efeitos conjunturais anómicos (conflitualidade externa e instabilidade política interna) poderiam fazer transitoriamente invalidar essa tendência, o que é genericamente verificado.

O modelo parece, pois, nos seus aspectos mais quantitativos, ter alguma validade na análise da evolução do número de militares profissionais na política desde a I República.

Passando à análise dos aspectos qualitativos do problema, verifica-se que a maioria dos militares que foram recrutados para a carreira política tiveram desempenhos compatíveis com a conclusão pelo profissionalismo militar (64,8%), sendo o intervencionismo o perfil dominante contrário (26,6%). Dois pequenos grupos adicionais completaram o quadro: 5% de quasi-profissionais e 8,6% de perfis neutros face à ocupação militar.

Verifica-se pois que ocorreu:

- Em 43,2% dos casos um Recrutamento Normal de Especialista, isto é, o Militar Profissional foi recrutado para assumir cargos políticos especializados como detentor de uma *expertise* particular, que se dedicou exclusivamente a empregar, concretizando-se esse recrutamento na continuação natural da sua carreira militar, a partir da ascensão ao oficialato general. (Uns adicionais 5% correspondem a este perfil mas somam o intervencionismo armado político, o que os aparta do pólo profissional e os situa numa posição de quasi-profissionalismo).
- Em 21,6% dos casos um Recrutamento de Especialista Corporativo, isto é, o Militar Profissional foi recrutado para assumir cargos políticos especializados como detentor de uma *expertise* particular, fazendo-o tendo em conta os interesses específicos da ocupação e dos seus membros;
- Em 21,6% dos casos um Recrutamento Estratégico Instrumental ou um Recrutamento de Intervencionista, isto é militares envolvidos no passado de forma armada no processo político são recrutados como modo de assegurar ascendência sobre as Forças Armadas e recompensar envoltimentos armados que beneficiaram a causa do poder vigente.

Em resposta à pergunta de partida verifica-se pois que os militares foram recrutados para cargos políticos durante a I República para assumirem três papéis: para a aplicação da sua competência técnica, para a realização da defesa corporativa da ocupação, e para serem recompensados ou instrumentalizados, em função da intervenção política armada.

Verifica-se também que:

- No recrutamento de militares profissionais para a carreira política está presente a profissionalização do Exército, dado que:
 - as armas associadas aos perfis técnicos e gestionários vêm sistematicamente aumentado o seu recrutamento para a carreira política e para a sua elite, à medida

- que sofrem uma valorização relevante no estabelecimento militar, fruto do desenvolvimento do profissionalismo da ocupação;
- o mérito académico e profissional, que substitui as considerações classistas na justificação da progressão na carreira militar, é crescentemente também, critério que incrementa a probabilidade de se entrar na carreira política e nela ter bons desempenhos;
 - Do exercício dos cargos políticos especializados, como a condução da Pasta da Guerra, são sucessivamente arredados os não profissionais e os de menor mérito técnico, valorizando-se pois crescentemente, parece, a competência técnica na selecção para cargos políticos técnicos, ao reconhecer a complexidade da área de conhecimento em que os militares profissionais se especializam;
 - A escolha de militares profissionais para cargos políticos reflecte também ao longo da I República uma menor importância dada à origem social e ao fechamento dos postos mais altos da hierarquia militar a uma casta, dado recrutar-se cada vez menos cooptados militares e indivíduos com ascendência aristocrática., o que mais uma vez se traduz na ressonância do profissionalismo militar no recrutamento de militares profissionais para a carreira política.
- Há uma diferença estrutural muito relevante na participação de militares profissionais e não profissionais na política: os primeiros tendem a ser pró-poder vigente, mostrando-se pois mais subordinados ao seu Cliente: o Estado, corporizado pelo governo em funções. Os não profissionais tendem contudo mais para a direita e para a contradição face ao Cliente. Parece pois progredir-se por influência do profissionalismo no sentido da subordinação do poder militar ao civil, embora tanto a Ditadura Militar como o Estado Novo, o contrariem;
 - A carreira política, no que à participação de militares profissionais diz respeito, parece estar intimamente ligada à militar nas suas formas de recrutamento, desempenho de funções, determinação de sucesso e tendência evolutiva. A carreira política parece pois extensão natural do exercício da actividade profissional militar, e mesmo, muitas vezes, a recompensa de um bom desempenho profissional;
 - A longevidade política é inversamente proporcional ao intervencionismo político e à tendência política contrária ao regime. Os militares profissionais mantêm-se pois no poder na proporcionalidade directa ao seu tecnicismo, o que faz com que tenham crescentemente uma participação política orientada para a continuação do seu alto funcionalismo público em vez de para o exercício cru do seu potencial político;
 - O perfil heróico de militar profissional político apresenta-se claramente em regressão face aos de técnico e gestor. A participação na guerra e posterior aclamação social não define nenhum *cluster* de militar profissional político, sendo ocasional e pouco prevalente. A ascensão do perfil gestor demonstra-se facilmente pelo aumento do recrutamento político dos militares com o curso de Estado Maior, e pelo facto desta arma, em conjunto

com a de Administração Militar, serem as que melhor predizem o sucesso de militares profissionais políticos na carreira política;

- Os perfis de militar profissional condizentes com o profissionalismo (militares especialistas, encarreirados e representantes) tendem a regredir mais rapidamente ao longo da I República que o perfil de intervencionista (perfil não profissional). Sugere-se assim que, quanto mais condizente um perfil de político profissional com os ditames do profissionalismo, maior rapidez do seu desaparecimento, após a consolidação dos traços técnicos e sociais da condição profissional.

De acordo com o nosso modelo de abordagem, assim verificado, todos estes dados apoiam a profissionalização política militar durante a I República, não obstante a mais elevada participação militar, face aos outros períodos históricos analisados.

Na discussão da problemática enunciámos três questões fundamentais a abordar quando se empreende o estudo das relações entre profissionalização militar e participação política dos militares: 1) será possível dissociar a actividade militar da sua qualidade política?; 2) existirá uma relação necessária e natural de causa-efeito entre a consolidação dos traços técnicos e sociais do profissionalismo e o afastamento dos militares da política? e; 3) haverá formas de envolvimento político militar congruentes com o profissionalismo?

Quanto à primeira questão, o nosso modelo de abordagem assumia que não era possível dissociar a qualidade política dos militares da sua componente técnica e social, e que por isso, mais que esperar o seu recuo quantitativo, deveríamos esperar a substituição progressiva de tipos de mandatos de intervenções “não profissionais” para “profissionais”.

Face aos dados recolhidos, verificamos contudo que no caso português faria sentido esperar pelo recuo quantitativo do número de militares profissionais da política, como o modelo clássico aconselha, pois tal de facto ocorre, ainda que contrariado conjunturalmente por factores facilmente identificáveis, o que demonstra a necessidade do modelo clássico modificado. Não se verificou também, como esperávamos que ocorresse, a substituição progressiva do exercício de cargos políticos de forma “não profissional” para “profissional”, o que directamente contrariaria o modelo clássico, sucedendo exactamente o inverso: os perfis profissionais perdem peso à medida que os não profissionais progredem.

Uma análise transversal aos dados recolhidos evidencia ainda que a actividade política não pode ser dissociada da militar durante a I República, pois o sucesso em ambas anda a par; os preditores desse sucesso são muito semelhantes; as duas carreiras acompanham-se em média durante a vida activa do indivíduo e é recorrente a ascendência a cargos governativos como sequência do alcance de altos postos militares. A independência lógica e funcional das duas actividades é pois, durante este período, empiricamente negada.

Quanto à relação de causa-efeito, o nosso pressuposto era que “não existe uma relação de causa-efeito entre a consolidação dos traços técnicos e sociais e os traços políticos do profissionalismo militar. Há um propiciar do afastamento dos militares da política efeito do profissionalismo, que pode ser contrariado por acontecimentos sociais marcantes, protagonizados por militares, que afectem consideravelmente o seu prestígio social, a dimensão do recrutamento para o oficialato e a estabilidade

política interna. O reconhecimento social da necessidade de se combater inimigos externos, ou seja, a participação em conflitos armados contra um inimigo estrangeiro aparece como o mais potente influenciador do aumento do prestígio social dos militares e do rácio de participação, embora não seja o único, o que faz depender o contrariar da tendência de afastamento dos militares da política por efeito do profissionalismo, da pacificação política interna e externa”.

Não obstante parecer válido na generalidade, afigura-se-nos mais adequado aceitar a existência de uma relação de causa-efeito, ainda que conjunturalmente contrariável, devido à regularidade do sentido decrescente do envolvimento político militar profissional, e da facilidade de identificação dos factores, socialmente muito visíveis, que conduzem a momentâneos recuos.

Por fim, tratar a questão de se saber se há perfis de militar profissional político compatíveis com a profissionalização militar levou-nos a concluir afirmativamente. Desde logo, tal posição deriva do facto de termos efectivamente verificado a realidade empírica de dois perfis de profissional que conduziram uma acção política de forma “profissionalizada”, isto é, concretizada essencialmente no desempenho noutra palco, dos papéis que caracterizam o profissionalismo militar. Esse facto aliado à plausibilidade teórica dessa ocorrência, presente no nosso modelo de abordagem, leva-nos a concluir por essa compatibilidade.

Ao definirmos profissionalismo militar na sua acepção política dissemos que profissionalismo militar equivaleria à presença meramente residual dos militares profissionais políticos na política, isto é, privilegiamos uma abordagem quantitavista ao problema.

Segui-la implicaria, como diria Finer (1962: 25), dar corpo a um argumento “essencialista”, que se saldaria pela variação constante (ao sabor da instabilidade conjuntural) da conclusão pelo profissionalismo ou não profissionalismo da Instituição Militar.

Uma análise empírica aturada da participação política dos militares profissionais políticos como aquela que empreendemos para o caso português, implica contudo que tenhamos em conta os atributos de profissionalismo da maioria desses militares, não obstante estes se envolverem no desempenho de cargos políticos.

Fazê-lo implica contrapor uma análise qualitativa do profissionalismo militar à quantitativa. Ora, a substituição de uma tónica quantitavista na análise do problema teria duas consequências imediatas no caso português: resolveria o problema “essencialista”, ao permitir concluir-se precocemente, ainda na I República, por Forças Armadas completamente profissionalizadas e reabilitaria o modelo clássico do profissionalismo, fazendo acompanhar o profissionalismo técnico e social pelo profissionalismo político que teria contudo de ser redefinido.

Operando essa conciliação propomos pois, aconselhados pela análise empírica e pela discussão teórica que tem vindo a ser feita do problema, que, para o caso português, se entenda profissionalismo político como a situação em que, após a consolidação dos traços técnicos e sociais do profissionalismo, o número de militares profissionais políticos e a dimensão da participação política de militares profissionais com um perfil dominante compatível com o profissionalismo entrou em regressão estável, contrariada apenas conjunturalmente pelos efeitos da mudança armada de regime e da participação em conflitos armados contra um inimigo externo.

Aplicando essa definição, estabelecemos que se soma a profissionalização política à técnica e à social a partir do Pós-Guerra, nomeadamente a partir de 1919. A partir desse ponto estão em marcha as tendências que tanto em termos quantitativos como qualitativos, subordinarão progressivamente o perfil de militar político ao de técnico e gestor.

Assumindo que o profissionalismo concorre com outros fenómenos sociais na tentativa de moldar o comportamento políticos dos militares, e vendo o militar como incapaz de ser neutralizado no seu potencial político, não temos pois necessidade de deixar eternamente em aberto a conclusão sobre o profissionalismo político militar, pendentes da possibilidade de nova intervenção. O profissionalismo político da ocupação militar deixaria pois apenas de ocorrer quando se verificasse o incremento estável do número de militares profissionais políticos e da participação política de militares profissionais com um perfil dominante incompatível com o profissionalismo, tomando como factores neutros o envolvimento militar que ocorresse nos contextos indicados.

Passa-se assim, de forma mais equilibrada a não descartar o profissionalismo político dos militares só porque há militares profissionais envolvidos na política, assim como não descartamos o profissionalismo técnico e social por haver lugar na instituição militar a comportamentos e perfis que o contrariam.

A definição que propomos passa pois a incidir sobre o processo e sobre a dominante, em vez de se concentrar apenas na tipificação e na excepção.

Referências bibliográficas:

- Chapoulie, J. M. ;“Sur l’ analyse sociologique des groupes professionnels” in *Revue Française de Sociologie*; 1973.
- Feaver, Peter D.; “The Civil-Military Problematique: Huntington, Janowitz, and the Question of Civilian Control” in *Armed Forces & Society*; vol.23, nº2; 1996.
- Finer, S.E.; *The Man on Horseback – The Role of the Military in Politics*; Pall Mall Press; Londres; 1962.
- Fonseca, Maria de Lurdes Santos Antunes da; “O Alto Oficialato do Exército Português oriundo da Academia Militar – Origem Social e Mérito Académico como preditores dos percursos de carreira (1910-1974); Dissertação de Mestrado em Sociologia; ISCSP/UTL; Lisboa; 2002 (edição policopiada).
- Fonseca, Maria de Lurdes; “Profissionalização do Exército e Envolvimento Militar durante a Primeira República Portuguesa”; Tese de Doutoramento em Sociologia; ISCSP-UTL; Lisboa; 2008 (edição policopiada).
- Freidson, Eliot; *Professionalism – the third logic*; Polity Press; Oxford; 2001.
- Huntington, Samuel P.; *The Soldier and the State : The Theory and Politics of Civil-Military Relations*; The Belknap Press of Harvard University Press; Cambridge; 1998 (1ª ed.: 1957).

- Janowitz, Morris; *The Professional Soldier: a social and political portrait*; Free Press; Nova Iorque; 1964 (1ª ed.: 1960).
- Lasswell, Harold D.; "The Garrison State" in *American Journal of Sociology*; nº46; 1941.
- Marques, A. H. De Oliveira; Serrão, Joel; *Portugal da Monarquia para a República*; Editorial Presença; Lisboa; 1991.
- Maurice, M.; "Propos sur la sociologie des professions" in *Sociologie du Travail*; nº 72; 1992.